

ANÁLISE INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL



PROJECTO

no na tisi no futuro

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU . Coordenador Científico: Alfredo Handem . **Outubro 2008**



No na tisi no futuru

ANÁLISE INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

PROJECTO

no na tisi no futuro

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Coordenador Científico: Alfredo Handem . **Outubro 2008**

Co-financiamento:



Organização Coordenadora:



Organizações Parceiras:



FICHA TÉCNICA

Coordenação Científica

Alfredo Handem

Composição e Edição

IMVF, AD, CIDAC, DIVUTEC, ISU

Revisão

IMVF (Ana Teresa Forjaz, Diogo Ferreira, Gonçalo Marques)

Co-financiamento

Comissão Europeia

Concepção Gráfica

Matrioska Design

Depósito Legal

XXXX

Data de Edição

Outubro 2008

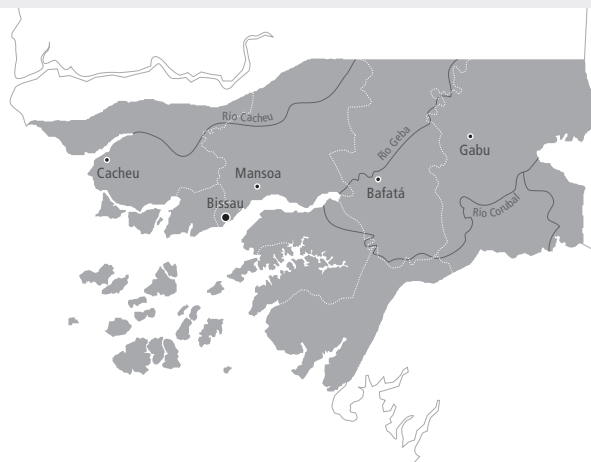
Impressão

Gráfica Europam, Lda.

Tiragem

XXXX exemplares

GUINÉ-BISSAU



ÍNDICE

Agradecimentos	7
Abreviaturas	8
1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Antecedentes do projecto	11
1.2 As razões de ser do projecto	12
1.3 Objectivos, actividades e beneficiários do projecto	12
1.4 Metodologia e abordagem do estudo	13
1.5 As principais dificuldades encontradas	14
1.6 Contexto político, social e económico do país	14
1.7 Situação macro-económica	15
1.8 Sociedade civil	16
2. ANÁLISE DO CONTEXTO EM QUE OPERAM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE	17
2.1 Breve historial e contexto da sociedade civil guineense	17
2.2 Análise das estruturas e mecanismos de concertação e coordenação	19
2.3 Decreto-Lei das ONG	25
2.4 Lei da liberdade sindical	27
2.5 Quadro legal da liberdade de associação	27
2.6 Os desafios actuais da sociedade civil guineense	27
2.7 Iniciativas de reforço de capacidades da sociedade civil em curso	29
2.8 A importância do reforço do diálogo institucional	30
2.9 Análise comparativa do quadro legal da Sociedade Civil nos PALOP	31
3. ANÁLISE DAS CAPACIDADES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	33
3.1 As principais características dos actores da sociedade civil inquiridos	33
3.2 Tipo de organizações da sociedade civil guineense	34
3.3 Tipos de redes e federações	36
3.4 Dinâmica de criação das OS	36
3.5 Áreas temáticas de intervenção	37
3.6 Zonas geográficas de intervenção	37
3.7 Volume de projectos geridos nos últimos 5 anos	38
3.8 Auditorias às contas	39
3.9 Mecanismos de governação institucional	40
3.10 Quem são os financiadores das OSC	41
3.11 Volume de financiamentos geridos	42
3.12 Meios de funcionamento	42
3.13 Gestão dos recursos humanos	44
3.14 Coordenação e relações externas das OSC	44
4. CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	46
5. ANEXOS	51
5.1 Programa de capacitação <i>No Na Tisi No Futuru</i> ...	51
5.2 Conteúdos do Ciclo de Formação Transversal	52
5.3 Sistema de acompanhamento e avaliação	53
5.4 Lista de contactos	54
5.5 Decreto-Lei das ONG	55
6. BIBLIOGRAFIA	59

AGRADECIMENTOS

A sociedade civil não é um terreno fácil para a investigação *“the term Civil Society is contested terrain. Over the last fifteen years it has been used to denote everything from citizens’ groups and activist formations to highly institutionalized non-governmental organisations and foundations”* (John Samuel, *Fahamu Oxford*, article posted to the web 19 October 2007). Quando em Dezembro de 2007, a Cristina Roça, coordenadora de projecto do Instituto Marquês de Valle Flôr me formulou o convite para realizar o presente estudo não estava muito entusiasmado. Vários estudos e excertos já tinham sido produzidos sobre a mesma problemática e eu não via, na altura, qual o valor acrescentado de mais um estudo sobre a sociedade civil guineense. Hoje, tenho uma opinião diferente, e espero que este trabalho possa ser útil aos académicos, agentes e organizações que trabalham no domínio do desenvolvimento, decisores políticos e demais instituições que trabalham no domínio do espaço público e privado.

Por isso quero manifestar o meu sentimento de profunda gratidão às organizações responsáveis pela gestão deste projecto, neste caso a DIVUTEC, a AD, ao ISU, ao CIDAC e ao Instituto Marquês de Valle Flôr pela confiança que depositaram na minha pessoa confiando-me a realização do presente estudo. Quero de uma forma especial, agradecer a preciosa colaboração da Cristina Roça com quem tive várias sessões de feedback ao longo do decorrer deste trabalho.

Muito embora tenha que me restringir nos agradecimentos, uma palavra de apreço e afecto à minha famí-

lia, em particular à minha esposa e filhos, pelas horas de ausência e impossibilidade de lhes prestar maior atenção.

Não posso deixar de mencionar algumas personalidades do mundo político, académico e do desenvolvimento que colaboraram neste trabalho. Refiro-me em particular ao ex-Secretário de Estado de Cooperação Internacional da Guiné-Bissau, Sr. Roberto Cacheu, Eng. Nelson Gomes Dias, Director da UICN na Guiné, Dr. Mamadu Jao, Director do INEP, Dr. Fafali Koudawo, Reitor da Universidade Colinas de Boé, Eng. Camilo Baldé, Director da Radar Invest, João Sariot Handem Junior, ex-Secretário Executivo da Plataforma das ONG e Desejado Lima da Costa, Secretário-Geral da União Nacional dos Trabalhadores Guineenses. De igual forma quero deixar uma palavra de apreço e admiração pelo trabalho dos Inquiridores que andaram e viajaram pelo país inteiro à procura de dados e informações sobre as organizações da sociedade civil e ao Sr. Mário Mechan, informático do INEP pelo tratamento e organização técnica dos dados.

ABREVIATURAS

AD *Acção para o Desenvolvimento*

ADIM *Associação para o Desenvolvimento Integral da Mulher*

ADPP *Associação de Ajuda e Apoio de Povo para Povo*

AFC *Associação dos Fruticultores de Cubucaré*

AIFA/PALOP *Associação para o Investimento, Formação e Orientação para a Acção nos PALOP*

ALTERNAG *Associação Guineense de Estudos e Alternativas*

AMIC *Associação dos Amigos das Crianças*

AMAE *Associação das Mulheres das Actividades Económicas*

ANAG *Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau*

ANP *Assembleia Nacional Popular*

APRODEL *Associação para a Promoção do Desenvolvimento Integrado Local*

ASTRA *Associação dos Transportadores*

BAD *Banco Africano de Desenvolvimento*

BM *Banco Mundial*

CACI *Câmara de Agricultura, Comércio e Indústria*

CCIA *Câmara de Comércio, Indústria e Artesanato*

CEDEAO *Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental*

CIDAC *Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral*

CNSI/CS *Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes*

CNJ *Conselho Nacional da Juventude*

CONGAI *Confederação das ONG e Associações da Região de Cacheu*

DEPA *Departamento de Estudos e Pesquisa Agrária*

DENARP *Documento de Estratégia Nacional para Redução da Pobreza*

DIVUTEC *Associação Guineense de Estudos e Divulgação das Tecnologias Apropriadas*

FAC *Fundação Amílcar Cabral*

FAO *Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação*

FED *Fundo Europeu de Desenvolvimento*

FOCOS *Fórum de Concertação e Oportunidades*

FMI *Fundo Monetário Internacional*

FNUAP *Fundo das Nações Unidas para a População*

GUIARROZ *Guiné Arroz*

IBAP *Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas*

ICAP *Igreja de Cristo, Agricultura e Projectos*

ICCO *Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento*

IMC *Instituto da Mulher e da Criança*

IMVF *Instituto Marquês de Valle Flôr*

INEP *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa*

INFORMORAC *Iniciativa Nacional de Formação Móvel das Rádios Comunitárias*

IPAD *Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

ISU *Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária*

JAAC *Juventude Africana Amílcar Cabral*
LVIA *Associação Internacional de Voluntários Laicos*
NADEL *Associação Nacional para o Desenvolvimento Local Urbano*
NOVIS *Nova Visão para a Sociedade*

ONG *Organização Não-Governamental*
OSC *Organizações da Sociedade Civil*
OSM *Organizações Sociais de Massa*

PAM *Programa Alimentar Mundial*
PLACON-GB *Plataforma das Organizações Não-Governamentais na Guiné-Bissau*
PAIGC *Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde*
PALOP *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*
PDRIL *Programa do Desenvolvimento Rural Integrado do Leste*
PNUD *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*

RADI *Reseau Africaine pour le Developpement Integré*
RADOP *Rede Nacional de Apoio as Organizações de Auto-promoção*
RECOP/MF *Rede de Concertação e Coordenação das Organizações de Micro-Finanças*
REMAMP *Rede das Mulheres Africanas, Ministras e Parlamentares*
RENAJ *Rede Nacional das Associações Juvenis*
RENARC *Rede Nacional das Rádios Comunitárias*

RENLUV *Rede Nacional de Luta contra a Violência*
RNDH *Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano na Guiné-Bissau*

SINAPROF *Sindicato Nacional dos Professores*
SINDEPROF *Sindicato Democrático dos Professores*
SNV *Organização Holandesa para o Desenvolvimento*
SOLIDAMI *Intituto para a Solidariedade e Amizade (Estrutura de coordenação da Ajuda da ONG)*

UDEMU *União Democrática das Mulheres Guineenses*
UICN *União Internacional para a Conservação da Natureza*
UNICEF *Fundo das Nações Unidas para a Infância*
UNOGBIS *Escritório das Nações Unidas de Apoio à Consolidação da Paz na Guiné-Bissau*
UNTG *União Nacional dos Trabalhadores de Guiné-Bissau*

VNU *Voluntários das Nações Unidas*
VSO *Voluntary Service Overseas*

WANEP *West Africa Network for Peace Building*

1. INTRODUÇÃO

1.1 ANTECEDENTES DO PROJECTO

O Projecto *No Na Tisi No Futuru – Projecto de reforço de capacidades das organizações da sociedade civil da Guiné-Bissau* – é um projecto financiado pela União Europeia através dos fundos do 9º FED com o apoio da cooperação portuguesa (através do IPAD) e implementado por um grupo de organizações da sociedade civil de Portugal e da Guiné-Bissau. O presente projecto representa um salto qualitativo nas relações de cooperação Norte – Sul no domínio da sociedade civil e é um desafio importante face às enormes necessidades que a Guiné-Bissau enfrenta no processo de construção da democracia participativa e das transformações sociais necessárias ao bem-estar das populações. As actividades do projecto têm a duração de 2 anos e visam contribuir para melhorar as capacidades dos actores da sociedade civil nacional permitindo o seu maior envolvimento na dinâmica do país. As organizações responsáveis pelo projecto são:

Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)

Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento Portuguesa, criada a 1 de Agosto de 1951, que intervém nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, da Educação para o Desenvolvimento e da Ajuda Humanitária e de Emergência, desenvolvendo projectos em todos os países de língua portuguesa desde 2001.

Na Guiné-Bissau, o IMVF iniciou as suas actividades em 1999, concentrando a sua intervenção na área do desenvolvimento rural e da segurança alimentar, as-

sistência técnica e reforço institucional, promoção de actividades geradoras de rendimento, educação, saúde e promoção da cidadania, numa lógica de desenvolvimento integrado;

Centro de Intervenção para o Desenvolvimento

Amílcar Cabral (CIDAC)

Esta organização trabalha na área do desenvolvimento desde 1974. A sua intervenção pauta-se por valores como a solidariedade, a justiça nas relações internacionais, o reconhecimento e a valorização das identidades e dos recursos locais, o papel específico da sociedade civil na procura e na construção de soluções alternativas, a intervenção em parceria;

Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ISU)

Foi criado em 1989, tendo como áreas de intervenção a promoção do voluntariado nacional e internacional, a luta contra a exclusão social, a cooperação e a educação para o desenvolvimento, desenvolvendo acções em Portugal e nos países africanos de língua oficial portuguesa. Na Guiné-Bissau, desenvolve projectos em parceria com organizações locais desde 1999.

Da parte dos parceiros nacionais, estão envolvidas as seguintes organizações:

Acção para o Desenvolvimento (AD)

É uma ONG criada em 1991. A intervenção da AD concentra-se, entre outras, nas seguintes áreas: soberania alimentar, reforço das organizações locais e comunitárias, formação socio-profissional, ensino comunitário

e ambiental, cuidados primários de saúde, gestão ambiental dos recursos naturais, mutualismo, micro-crédito e cidadania;

Associação Guineense de Estudos e Divulgação das Tecnologias Apropriadas (DIVUTEC)

Foi criada em 1994. As suas áreas de intervenção são o desenvolvimento sustentável das comunidades, micro-finanças (serviços financeiros de poupança e crédito), estudos e divulgação de tecnologias apropriadas, formação/reforço das organizações locais e a promoção do potencial económico das mulheres.

1.2 AS RAZÕES DE SER DO PROJECTO

Um dos grandes desafios da Guiné-Bissau desde a conquista da independência nacional em 1974 continua a ser a insuficiência de quadros qualificados para absorver com racionalidade os diferentes investimentos (públicos ou privados) realizados no país. Essa insuficiência expressa-se, não só ao nível da capacidade de absorção, como também da concepção, implementação e avaliação de políticas e actividades de desenvolvimento. Trata-se de um problema transversal a toda a sociedade, neste caso, extensivo não só às instituições do Estado, mas também às organizações da sociedade civil e do sector privado. Hoje em dia, reconhece-se que a ajuda sem reforço de capacidades não será sustentável, e que o financiamento, só por si, não assegura o fim da pobreza.

É nesta perspectiva que se enquadra o presente projecto (*No Na Tisi No Futuru*) cujo propósito é investir no desenvolvimento das capacidades das organizações da sociedade civil de forma a contribuírem mais eficazmente na luta contra a pobreza e no reforço do processo de construção do estado de direito na Guiné-Bissau.

1.3 OBJECTIVOS, ACTIVIDADE E BENEFICIÁRIOS DO PROJECTO

Este projecto visa melhorar as capacidades de um conjunto alargado de Organizações da Sociedade Civil (OSC) Guineenses nas suas actividades de luta contra a pobreza. Para o efeito, ele visa reforçar a capacidade organizacional e institucional das ONG e das Associações de Base Comunitária representativas em áreas chave contribuindo para o reforço da sustentabilidade das suas intervenções, promovendo simultaneamente o diálogo interinstitucional com o Estado e outros parceiros de desenvolvimento. As actividades do projecto são as seguintes:

QUADRO I Actividades e Lógica de Intervenção do Projecto (cont.)

Actividade	Lógica de intervenção
1. Estudo de identificação e análise da situação das OSC Guineenses	Apropriar-se de conhecimentos abrangentes e sólidos sobre a situação das OSC guineenses
2. Selecção das OSC grupo-alvo (para o programa de reforço de capacidades	Identificar e seleccionar um núcleo de 10 – 15 OSC para um programa sistemático de capacitação
3. Definição e operacionalização do programa de formação (programa personalizado de capacitação das OSC; ciclos de formação transversal; ciclo de conferências e seminários)	Reforçar as capacidades das OSC seleccionadas e o ambiente de trabalho em que operam
4. Realização de estágios profissionalizantes	Reforçar o processo de apropriação com base na partilha de experiências e aprendizagem “on the job”
5. Apoio às OSC seleccionadas (apoio material e aos custos resultantes da participação no programa)	Reforçar as capacidades organizacionais e de acção com meios apropriados de trabalho
6. Elaboração de Ferramentas de trabalho (criação de um blogue, produção de um boletim, compilação de um manual de formação e emissão de programas de rádio).	Contribuir para a sensibilização, divulgação de actividades e partilha de conhecimentos com os parceiros de desenvolvimento.

Os beneficiários directos deste projecto são cerca de 10 a 15 Organizações da Sociedade Civil. A iniciativa irá ainda beneficiar as restantes OSC, em particular as redes e plataformas de OSC, o Estado, os departamentos técnicos, e outros parceiros de desenvolvimento, agências internacionais e universidades.

1.4 METODOLOGIA E ABORDAGEM DO ESTUDO

A análise institucional apoiou-se numa metodologia participativa e inclusiva que combinou as seguintes técnicas, a saber:

- Consulta contínua de documentação sobre a sociedade civil;
- Desenvolvimento e aplicação do guião de entrevista;
- Entrevistas semi-dirigidas com personalidades-chave

do governo e da sociedade civil;

- Visitas de terreno e entrevistas directas às organizações locais;
- Discussões abertas com os responsáveis pela implementação do projecto;
- Conversas informais com várias personalidades ligadas a organizações da sociedade civil;
- Seminários de reflexão sobre a dinâmica da sociedade civil nacional;
- Análise e tratamento dos dados e elaboração do relatório.

1.5 AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

Não é uma tarefa fácil a recolha de dados fiáveis na Guiné-Bissau. A irregularidade na actualização dos

dados (o último censo da população data de 1991) e a dinâmica das mutações sociais, alicerçada por um sistema baseado em relações informais, colocam sérios desafios aos decisores e investigadores sociais. As primeiras dificuldades começaram com a própria gestão do questionário por parte dos inquiridores. A pouca experiência na utilização de questionários dessa dimensão criou transtornos não só aos inquiridos como também aos inquiridores. As principais dificuldades encontradas estiveram relacionadas com a disponibilidade de alguns representantes de OSC para reunir com os inquiridores. O tratamento informatizado dos dados levou muito mais tempo do que se previa devido a alguns questionários. Apesar desta contrariedade, o projecto apreciou a enorme amabilidade e vontade de colaborar de muitos actores locais, que tiveram um papel determinante no preenchimento dos “extensos” questionários.

1.6 CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÓMICO DO PAÍS

A Guiné-Bissau conquistou a independência política em 1974, depois de treze anos de luta armada. Porém, o processo de reconstrução nacional tem sido muito mais difícil de gerir do que se imaginava. A falta de sentido de Estado marcada por uma *administração neopatrimonialista* que defende mais os interesses de grupos de clientelas do que os interesses da sociedade em geral, abriu espaços para a prática da corrupção e impunidade. As razões para esta situação são várias, nomeadamente as de ordem estrutural ligadas ao estado da pobreza e ao acesso limitado aos serviços

sociais de base e as de ordem institucional ligada à insuficiência de capacidades institucionais para conceber e gerir de forma racional as políticas e programas de desenvolvimento.

Hoje, o país depara-se com um índice de desenvolvimento humano dos mais baixos do mundo¹. De acordo com os dados do inquérito sobre a pobreza realizado em 2002, a incidência da pobreza humana é mais acentuada nas regiões do que em Bissau. A taxa da pobreza humana é estimada em 45,6% para o conjunto do país e 31,6% para Bissau contra 58,2% para a região de Bafatá, a mais afectada pela pobreza². Estima-se que dos 1.181.641 habitantes, 764.672 vivem em agregados familiares pobres, representando 64,7% da população total: isto equivale dizer que quase dois guineenses em cada três se sentem afectados pela pobreza. Aqueles que são atingidos pela pobreza extrema representam um número de 245.965, correspondendo a uma incidência de 20,8%³.

O ambiente político é marcado pelo aproximar das eleições legislativas, marcadas para o dia de 16 Novembro de 2008. Entretanto, o ambiente que rodeia as próximas eleições suscita alguma inquietação junto da população e das organizações sociais sobretudo no que diz respeito à estabilidade futura do país. As experiências das eleições presidenciais passadas e a conjuntura política actual marcada por um peso excessivo dos militares na vida pública e a situação do narcotráfico criam algumas dúvidas sobre o impacto das próximas eleições na vida social e económica da Guiné-Bissau. Por outro lado, as eleições irão criar

1) O Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD 2007/2008, coloca a Guiné-Bissau em 175º entre 177 países relativamente ao Índice de Desenvolvimento Humano.

2) Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano na Guiné. PNUD, 2006.

3) DENARP – Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza, 2005.

condições para a reposição da ordem constitucional através da instalação de um governo eleito democraticamente, condição indispensável para o reforço das relações de cooperação com a comunidade internacional.

1.7 SITUAÇÃO MACRO-ECONÓMICA

No plano macro-económico, a assinatura do programa de assistência pós-conflito com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é vista como uma oportunidade para a normalização das relações de cooperação com os doadores e parceiros internacionais, facto que poderá permitir ao país beneficiar de fundos públicos para a realização do seu programa de Luta contra a Pobreza. Apesar de alguma melhoria do governo em relação ao controle das despesas públicas e gestão das receitas, o ritmo do crescimento económico ainda se situa muito aquém das potencialidades do país. Segundo a última missão do FMI, são ainda necessários mais esforços no campo das reformas da função pública e das forças de segurança e defesa, do quadro jurídico e legal, do reforço da estabilidade política e das despesas não tituladas. O contexto do desenvolvimento económico da Guiné-Bissau é prejudicado pela fraca diversificação da economia e pela limitação dos recursos internos (excepção às pescas e à recente exploração do bauxite e fosfato). O sector agrícola, principal promotor do emprego para as populações mais pobres continua dominado por um sistema virado apenas para o consumo familiar, enquanto os sectores dos serviços e da indústria não têm conhecido avanços significativos.

A campanha de comercialização de caju que constitui uma fonte importante de receitas do Estado e o principal meio de sobrevivência das populações tem conhecido nos últimos três anos um fraco desenvolvimento.

Os problemas ligados à fixação do preço de base de compra ao produtor, as flutuações do preço no mercado internacional e as insuficiências de infra-estruturas que suportem toda a fileira (produção, transformação e exportação) condicionam o mercado de caju. A crise alimentar que se vive hoje à escala mundial é mais uma prova de que a Guiné-Bissau terá que rever a sua política alimentar, sendo o investimento na diversificação e produção local de alimentos, em especial dos cereais, um dos grandes desafios futuros visando a soberania alimentar.

O sector das pescas que tem desempenhado um papel determinante para as receitas do Estado não está devidamente organizado de forma a permitir maximizar todas as suas potencialidades. A estratégia de captação de receitas através de concessão de licenças de pesca (*i.e.* União Europeia, China, Coreia do Sul) não é sustentável a médio e longo prazo. As transacções do pescado não são feitas através do porto de Bissau por isso torna-se difícil controlar a extensão das suas actividades para além do impacto negativo no já frágil meio ambiente da zona costeira. O facto de não haver políticas coerentes de controle e protecção das zonas costeiras e das populações que vivem nessas zonas, vai privilegiando uma estratégia de desenvolvimento a curto prazo e em função dos interesses privados em detrimento de uma visão a longo prazo virada para interesses nacionais e colectivos.

O sector privado nacional para além de se encontrar descapitalizado (ainda em consequência da guerra), confunde-se hoje com interesses políticos numa lógica de clientelismo e troca de favores, não podendo com isso contribuir de forma sustentável para a criação de riquezas e de emprego, factor indispensável para a estabilidade social e alívio da pobreza.

1.8 SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil guineense é bastante heterogénea e consiste tanto de grupos de comunidade formal como informal. Segundo a PLACON-GB (2006), a família que forma a sociedade civil compreende a seguinte categoria de organizações:

- Sindicatos (UNTG, CNSI/CS, SINAPROF, SINDEPROF);
- Associações Profissionais (Ordem dos Advogados, Ordem dos Médicos, Associação dos Economistas, dos Profissionais de Saúde e de Engenheiros);
- Associações ou grupos comunitários e de base (rural ou urbana);
- Associações de Juventude, Desportivas, Culturais e Recreativas;
- Associações de Empresários e do Patronato (CCIA, CACI, ASTRA, ANAG);
- Associação de Pequenos Comerciantes e de Jovens Empresários;
- Igrejas, Associações Confessionais ou Religiosas;
- Federações e Confederações de Camponeses, de Mulheres e de Produtores;
- Associações de Defesa dos Direitos Humanos (universal, criança, mulher, pessoas portadoras de deficiência), dos Consumidores e dos Utentes dos Serviços Públicos;
- ONG e/ou Associações de Base Comunitária.

Entretanto, foi só a partir dos anos 90, período que coincide com a abertura do país ao multipartidarismo que o número das organizações começou a crescer de forma mais rápida e as suas actividades começaram a ganhar uma maior dimensão social, política e económica.

De um efectivo de cerca de dez organizações não-governamentais nacionais que existiam no início do ano 90, o número subiu para mais de sessenta antes da guerra civil de 1998/99 para ultrapassar a barreira dos

124, incluindo as organizações internacionais em 2006 (fonte PLACON-GB, 2007).

2. ANÁLISE DO CONTEXTO EM QUE OPERAM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE

2.1 BREVE HISTORIAL E CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE

As primeiras organizações não-estatais que surgiram na Guiné-Bissau pertenceram às igrejas e confissões religiosas ainda nos anos 50. Durante esse período e até à véspera da independência em 1973, a administração colonial fazia tudo para controlar qualquer tentativa de emergência de uma consciência nacional que pudesse perigar os interesses coloniais. Por isso, o controle sobre a emergência das organizações da sociedade civil era bastante severo. A autorização para o registo e exercício de actividades era concedido, sobretudo às organizações consideradas “*politicamente inofensivas*”, ou seja as organizações ligadas às igrejas, clubes desportivos, bombeiros voluntários, grupos populares de inter-ajuda (*mandjuandadi*⁴), entre outros⁵. Mesmo assim, e apesar do controle político e social a que eram expostas pelo poder colonial, muitos combatentes que aderiram à luta de libertação nacional acabaram por sair das fileiras dessas organizações.

Nos primeiros anos após o término do período colonial, foram estabelecidas as «organizações sociais de massa»

(OSM), como forma de garantir uma mobilização rápida e abrangente da população para as tarefas da reconstrução nacional. Nesse período de euforia geral e dedicação à causa da pátria, de partido único e governação centralizada, o espaço para criar novas organizações, fora daquelas promovidas pelo partido e pelo Estado, era muito reduzido. Para além desses motivos, importa também sublinhar que o partido-estado (PAIGC) tudo fez para controlar a criação de actores não-estatais com receio de emergência de ideologias e teorias liberais de desenvolvimento que pudessem perigar as ideologias revolucionárias da luta de libertação nacional. Entre as organizações sociais de massa que existiam nesse período destacavam-se os Pioneiros Abel Djassi, a Juventude Amílcar Cabral (JAAC), União Democrática das Mulheres (UDEMU) e a União Nacional dos Trabalhadores Guineenses (UNTG). Estas organizações de carácter sócio-partidário detinham o monopólio sobre a organização de actividades socio-culturais e desportivas, distribuição de bolsas de estudo, ascensão em grupos musicais importantes, viagens ao estrangeiro, etc. Esse controle era simultaneamente acompanhado por uma ampla mobilização dos cidadãos para aderirem aos ideais revolucionários da luta.

4) Grupos sociais informais organizados a volta da convergência de idade, interesses económicos e socio-culturais.

5) Atelier União Europeia e Sociedade Civil, Djalicunda, Maio 2006.

Porém, rapidamente as OSM se mostraram incapazes de manter a sua capacidade de mobilização e organização dos habitantes. Possivelmente contribuiu grandemente para tal o facto de elas terem sido parte do sistema de governação centralizada, onde a iniciativa local e as necessidades das comunidades de base não encontraram a devida resposta.

O declínio económico, que começou no início da década de 1980, resultante de políticas económicas pouco apropriadas, conduziu a mudanças importantes no sistema económico e mais tarde no sistema político e no estado de emergência. Não se pensou noutra saída para o país se não solicitar a sua admissão formal ao Programa de Ajustamento Estrutural com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) o que veio a acontecer em 1984.

Surgem então, no quadro do pluralismo político a partir de 1990, as ONG nacionais. Se bem que estas organizações sejam frequentemente referidas como instrumentos para canalizar a ajuda internacional com o intuito de atenuar os efeitos negativos da economia do mercado, o seu surgimento pode também ser considerado uma forma moderna de associação de Guineenses à procura de respostas às exigências de desenvolvimento impostas pela situação política, económica e social da actualidade. Neste sentido, as ONG nacionais são a continuação duma prática de associação enraizada na sociedade, muito embora a natureza desta nova forma de associação difira em alguns pontos essenciais das práticas tradicionais do associativismo na Guiné-Bissau.

Entretanto, o sector onde a dinâmica da vida associativa conheceu uma maior vitalidade durante a década de 90, foi o das associações de jovens e agrupamentos de mulheres. A liberdade de expressão e de associativismo ligada às filosofias de projectos dos doadores que

privilegiam o trabalho directo com os grupos sociais fez disparar o número das associações de jovens e de mulheres tanto nas cidades como nas zonas rurais. Um aspecto importante que importa sublinhar é a adesão cada vez maior das raparigas ao movimento associativo. Muitas raparigas encontram na vida associativa não só oportunidades para a sua ascensão social, mas também uma maior liberdade face ao controle social e familiar imposto pelas normas tradicionais da sociedade.

Em relação aos sindicatos também se verificou um crescimento importante. Se até à década de 80, praticamente apenas existia a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), hoje existem mais de 20 sindicatos, uns tutelados pela Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes (CNSI em número de 6) e outros pela UNTG (cerca de 16). As duas centrais sindicais definem-se como defensoras dos interesses e direitos dos trabalhadores, mas a concertação e definição de estratégias comuns de intervenção raras vezes acontece.

Em relação à dinâmica do movimento associativo nas regiões, ela concentra-se sobretudo no Sul (Tombali), no Leste (Bafatá e Gabú), em Cacheu (Bula e Canchungo) e Oio (Farim e Bissora). A história da região de Tombali em termos do movimento associativo está estreitamente ligada à dinâmica à volta de Iemberem e da associação dos fruticultores de Cubucaré (AFC) nos anos 80. Apoiado pelo então Departamento de Pesquisa Agrária (DEPA) do Ministério da Agricultura, o sector de Cubucaré (Iemberem) conheceu uma explosão de agrupamentos rurais e associações de jovens e mulheres organizados à volta de interesses comuns, em especial no domínio da produção, transformação e comercialização. A abordagem e dimensão pluridisciplinar das actividades do DEPA estimularam o nascimento e desenvolvimento de um pensamento virado para a participação colectiva, valorização do saber local e defesa do ambiente.

A dinâmica no Leste do país deve-se, essencialmente à situação geográfica das duas principais cidades e à influência das transacções comerciais entre Senegal, Guiné-Conakry e Guiné-Bissau no desenvolvimento de conhecimentos. O intercâmbio (comercial e cultural) e a partilha de experiências entre povos diferentes estimularam a criação e o desenvolvimento de várias organizações do sector privado. O Programa do Desenvolvimento Rural Integrado do Leste (PDRIL) muito contribuiu para estimular a dinâmica associativa nessa região.

Em relação à região de Cacheu, as actividades do “projecto de desenvolvimento rural integrado” da Zona II financiado pela cooperação sueca e ainda as actividades à volta do desenvolvimento artesanal financiadas pela cooperação holandesa em Canchungo estiveram na origem do desenvolvimento associativo nessa região.

No que diz respeito à região de Oio, as iniciativas desenvolvidas por RADI, ICAP, ADPP, LVIA e mais tarde por KAFO/SWISSAID em Djalicunda tiveram uma contribuição decisiva no desenvolvimento da dinâmica da sociedade civil, em especial no mundo rural.

Um outro sector igualmente fértil em organizações sociais com importância capital na promoção da coesão social e solidariedade horizontal são as redes informais de inter-ajuda social e económica (*i.e.* mandjuandadis⁶, grupos ligados as igrejas, Djoker endam⁷, bancadas, parlamentos, entre outros). Um denominador comum a essas organizações é a falta de registo documental sobre as suas actividades e ausência de mecanismos

formais de concertação não só entre elas mesmas, mas também com o Estado.

Convém sublinhar que o ambiente em que operam as organizações da sociedade civil é bastante complexo e adverso. A inoperância do Estado em termos de prestação de serviços sociais às populações, a sua quase ausência das zonas rurais não contribui para o desenvolvimento efectivo das organizações da sociedade já fortemente dependentes do financiamento externo. Para além desses constrangimentos de ordem estrutural, verifica-se um défice muito grande em termos de mecanismos de concertação e coordenação a vários níveis, mais em especial entre o Estado e a sociedade civil.

2.2 ANÁLISE DAS ESTRUTURAS E MECANISMOS DE CONCERTAÇÃO E COORDENAÇÃO

Entre 1986 e 1998, a coordenação das actividades das organizações não-governamentais era garantida pela SOLIDAMI (Instituto de Solidariedade e Amizade – Responsável pela coordenação das actividades das ONG sob a supervisão do Ministério da Cooperação Internacional). A SOLIDAMI intervinha no domínio do apoio no processo de criação e registo das ONG, capacitação dos seus quadros, intermediação nas questões de desalfandegamento dos materiais e equipamentos importados no quadro dos projectos de desenvolvimento, financiamento de pequenas iniciativas e encontros periódicos de concertação e discussão à volta de algum tema de interesse comum. Apesar do seu estatuto jurídico público, a SOLIDAMI deu uma contribuição im-

6) Grupos sociais informais organizados a volta da convergência de idade, interesses económicos e sócio-culturais.

7) Djoker endam – grupos informais de inter-ajuda criados entre os fulas cujo objectivo é garantir a interacção e apoio mútuo e conservação dos valores culturais.

portante à emergência e desenvolvimento do sector não-governamental nacional, em especial com a aprovação do Decreto-Lei sobre as ONG (Decreto-Lei n.º 23/92). A concepção do Decreto-Lei foi conseguida graças a um envolvimento e participação activa de várias organizações não-governamentais nacionais e internacionais, entre as quais, se destacam a Fundação Amílcar Cabral, AMIC, TINIGUENA, AD, RADI/SWISSAID e ALTERNAG.

Nesse período, os debates à volta da governação democrática e desenvolvimento participativo eram organizados com uma certa frequência o que permitia uma troca regular de informações e partilha de experiências entre as organizações. A conferência das ONG dos PALOP em 1991 (publicação disponível para consulta na PLACON-GB) sobre a problemática da emergência e desenvolvimento das ONG nos cinco países e Conferência Internacional das organizações não-governamentais organizada em 1994, foram apenas exemplos de eventos que, de uma forma ou outra, contribuíram para aproximar as organizações da sociedade civil e os departamentos do governo facilitando a colaboração e a interacção.

Para além da SOLIDAMI que intervinha no âmbito da coordenação e concertação, houve por parte de algumas ONG tentativa de criação de redes de colaboração e partilha de experiências como foi o caso da RADOP (Rede Nacional de Apoio as Organizações de Auto-promoção) criada depois das Primeiras Jornadas Nacionais sobre Agrupamentos de Base organizadas pela AD em Contubuel, em Janeiro de 1993. A rede tinha por objectivo articular e coordenar as intervenções à volta dos agrupamentos, evitar desperdícios e partilhar abordagens e metodologias diversas entre as organizações membros da rede.

Depois da guerra, estas estruturas de coordenação e concertação acabaram paulatinamente por desaparecer. Entretanto, e na sequência dos imperativos da guerra civil de 7 de Junho de 1998, da solidariedade emergente no contexto da ajuda humanitária aos deslocados da guerra e das acções de *lobby* e advocacia contra a guerra duas importantes redes de organizações da sociedade civil acabaram por emergir:

- O Movimento da Sociedade Civil para a Democracia e Paz (criado em 1998) convergindo no seu seio um elevado número de ONG, sindicatos, igrejas, organizações de jovens e mulheres. O movimento transformou-se num espaço importante de *plaidoyer* contra a guerra através de denúncias de atrocidades, de marchas pacíficas contra a destruição e pressão política contra a guerra. O Movimento ainda hoje é activo e intervém enquanto contra-poder ao Estado na luta pela defesa e promoção dos valores da democracia, dos direitos e liberdades;
- A Célula das ONG (criada em 1998) que mais tarde (dois anos depois) veio a transformar-se na Plataforma das ONG (PLACON-GB). A Célula surgiu no âmbito do apoio e canalização da ajuda humanitária aos deslocados da guerra de 7 de Junho de 1998. Depois da guerra, as ONG que faziam parte da Célula decidiram alargar a rede a outras ONG nacionais e internacionais culminando com a criação oficial da PLACON-GB. O papel da plataforma é garantir a concertação entre as organizações não-governamentais e contribuir para a sua participação do desenvolvimento socio-económico e político servindo de ponte entre o Estado e as ONG.

Em termos de actividades mais relevantes da PLACON-GB destaca-se o “FOCOS” (Fórum de Concertação e Oportunidades), encontros mensais temáticos de concertação,

discussão e partilha de informações entre as organizações nacionais e internacionais. O Programa de Voluntários das Nações Unidas tem dado uma contribuição importante para a efectivação do FOCOS. Porém neste momento, a PLACON-GB vive um período de muita indefinição que a coloca perante desafios importantes, sobretudo no domínio da reconquista de confiança das organizações parceiras nacionais e internacionais. É importante que os novos órgãos sociais procurem construir uma visão partilhada de intervenção e prestar um pacote de serviços atractivos (relevantes) para as organizações associadas.

No seio das OSC nasceram nos últimos anos, várias redes temáticas, algumas delas bastante importantes do ponto de vista da representatividade e abrangência geográfica. Entretanto, um problema que é comum a quase todas as redes é o fraco envolvimento das organizações membros nos trabalhos quotidianos das redes. As inúmeras ocupações no quadro das próprias organizações deixam as organizações membros mais activas sem tempo para se dedicarem ao trabalho das redes em que se afiliam. Entre as redes existentes destacam-se:

RENLUV

Rede Nacional de Luta contra a Violência

Criada em 2004, esta rede visa contribuir para a redução da violência baseada no género através da sensibilização, informação, educação para alterar o comportamento do cidadão e das instituições. Consegue mobilizar financiamentos pontuais devido à vitalidade do tema (violência contra mulher) que defendem e os interesses que o mesmo desperta em vários doadores. No quadro da luta contra a violência e maltrato contra a mulher, a RENLUV conseguiu desenvolver relações privilegiadas de colaboração com instituições-chave (i.e. Polícia Judiciária, Hospital Simão Mendes, Instituto

da Mulher e Criança, Ministério da Justiça e da Saúde). Por outro lado, a RENLUV precisa ainda de melhorar a qualidade de informação e serviços prestados aos membros de forma a estimular uma maior participação das organizações nas actividades de *lobbying* e advocacia junto dos decisores. De acordo com Tonecas Silá, secretário executivo da rede, estas insuficiências podem ser melhoradas através da capacitação da direcção em liderança e gestão organizacional, assim como na melhoria da difusão da missão da rede junto dos membros. Acredita que a criação de um consórcio de redes temáticas poderia contribuir para melhorar a concertação e parceria entre as diferentes redes no país e no exterior.

RENAJ

Rede Nacional das Associações Juvenis

Criada em 2002, a rede visa promover uma maior participação cívica dos jovens no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau. A rede tem sido muito activa na área da mobilização juvenil, Luta contra o VIH/Sida, desenvolvimento da cidadania e participação nos debates públicos em relação aos problemas da juventude. A RENAJ é representada a nível nacional e possui uma forte capacidade de organização e mobilização juvenil (i.e. organização regular da *escola de voluntariado*, palestras, etc.). Um dos factores que contribui para a divulgação das actividades da RENAJ é a "*rádio jovem*", com uma emissão diária e uma frequência com ampla cobertura em especial ao nível da cidade de Bissau. A rádio consegue publicitar as actividades da RENAJ, facto que contribui para a grande visibilidade da rede. A corrida aos financiamentos, o não pagamento das quotizações por parte dos membros, o fraco envolvimento dos membros na vida quotidiana da rede são, entre outros, os grandes desafios que a RENAJ e as demais redes juvenis terão pela frente nos próximos tempos.

CNJ

Conselho Nacional da Juventude

Esta é uma rede de associações juvenis criada e supervisionada pelo governo através do Instituto da Juventude. Congrega cerca de 180 associações de base e tem representação igualmente a nível nacional. O CNJ intervém no domínio de organizações de actividades recreativas, sensibilização e educação cívica, campanhas contra o VIH/Sida, campos de férias, organização de capacitação para os jovens, etc. Entre a CNJ e a RENAJ existe alguma rivalidade, devido à corrida aos fundos de funcionamento e desenvolvimento de actividades (*i.e.* problemas sociais e culturais envolvendo os jovens). O facto de não haver uma política nacional em matéria de juventude e coordenação por parte do governo leva a que as duas redes definam estratégias isoladas e actuem sem concertação. Tanto a RENAJ como a CNJ intervêm num contexto nacional muito complicado, onde a crise económica, a falta de emprego e alternativas credíveis para os jovens, o fenómeno do narcotráfico colocam os jovens numa situação de muita vulnerabilidade e tentação. Muitos jovens encaram a sua participação na vida associativa como um meio para mais rapidamente terem o acesso a uma bolsa de estudo ou ganharem alguma projecção social (*i.e.* aparecimentos públicos, visitas de intercambio, missões de serviço, etc.).

A diferença entre as duas redes reside, apenas na forma e razão de criação. O CNJ é uma rede que nasceu das estruturas do governo, enquanto que a RENAJ é uma emanção da sociedade civil. Ambas defendem os interesses da juventude e advogam uma filosofia que coloca os jovens no centro do desenvolvimento económico e social da Guiné. Nesta base, e tendo em conta as perspectivas de uma participação acrescida dos

jovens no processo da governação democrática existe toda uma necessidade de se definir estratégias de colaboração e parceria positiva entre a RENAJ e a CNJ.

CONGAI

Confederação das Organizações Não-Governamentais e Associações Intervenientes na margem sul do rio Cacheu, com sede social em Canchungo

Esta rede foi criada em 2002 e agrupa cerca de 82 associações de jovens, 25 das quais formadas apenas por raparigas. A rede intervém nos domínios da coordenação, seguimento, elaboração de projectos, saúde reprodutiva, educação, agricultura, água, direitos humanos, sensibilização, HIV/Sida. Pela dimensão das áreas de sua intervenção e volume de projectos e actividades, a rede corre o risco de alguma dispersão de esforços e de actividades alimentada por uma lógica mais de captação de fundos de funcionamento e de intervenção em detrimento do reforço de capacidades das organizações membros e de facilitação de intervenção. A CONGAI é uma organização com imenso potencial em termos de crescimento visto a importância da dinâmica do desenvolvimento local na região de Cacheu e seu papel de coordenação. Um dos parceiros desta rede é a Action Aid⁷ que poderia contribuir para o reforço organizacional da CONGAI, em especial no domínio da planificação, facilitação, *lobby* e desenvolvimento institucional.

REMAMP

Rede das Mulheres Africanas, Ministras e Parlamentares

Recentemente criada, tem como objectivo reforçar a capacidade organizacional e institucional das organizações das mulheres. A REMAMP visa a promoção da equidade e igualdade, dar maior visibilidade

7) ONG com origem na Grã Bretanha e que actua em vários países de África no domínio da luta contra a pobreza e HIVISIDA.

às acções da mulher, desenvolver acções de *lobby* e advocacia para a promoção e ascensão das mulheres às estruturas de decisão política e económica no país e dotar as mulheres de instrumentos jurídicos, políticos, sociais e económicos para poderem com eficácia desenvolver as suas actividades. Neste momento, a rede está no processo de elaboração do seu documento de visão estratégica, facto que poderá dar uma maior visibilidade as suas actividades e objectivos. A rede participa regularmente em encontros nacionais e internacionais o que permite adquirir experiências e apropriar-se dos processos sociais e experiências de outros países da África. Estimular um maior envolvimento das deputadas e Ministras em função nas actividades da rede é um aspecto que necessita de reforço.

AMAE

Associação das Mulheres das Actividades Económicas

Esta rede de mulheres que se dedicam ao comércio desempenhou nos anos 90, um papel relevante na promoção da mulher no sector privado e empresarial através de créditos para a produção e comercialização. Neste momento, a rede está numa fase de reestruturação e redinamização das suas actividades. As consequências da guerra de 7 de Junho de 1998 fizeram com que muitos fundos/créditos distribuídos não fossem reembolsados, e, em consequência disso, criou-se um certo mal-estar no relacionamento entre a rede e os seus parceiros, facto que contribui para um "resfriar" das actividades da AMAE. A Rede dispõe de uma nova direcção que pretende imprimir um maior dinamismo às actividades desta rede.

RECOP/MF

Rede de Concertação e Coordenação das Organizações de Micro-Finanças

Esta rede foi criada em 2003 como uma rede de partilha

de experiências e conhecimentos entre as organizações que intervêm no domínio das Micro-Finanças. A rede é composta por 25 organizações membros e possui como principal financiador o PNUD (desde 2005) no quadro do projecto de apoio à emergência e desenvolvimento do sistema financeiro descentralizado na Guiné-Bissau. A RECOP possui uma estrutura democrática eleita em assembleia-geral ordinária. Os órgãos de gestão são compostos por organizações membros eleitos. Um dos grandes desafios da RECOP (que é extensivo à maioria das redes) é o de estimular um maior envolvimento dos membros na vida da rede. Esta não é uma tarefa fácil, dada a complexidade do ambiente em que actuam e o desnível em termos de eficácia organizacional dos membros. Convém sublinhar que o grau de participação de organizações em redes temáticas, em geral, depende muito das vantagens adicionais que as organizações percebem encontrar nesses espaços.

WANEP

West Africa Network for Peace Building

Esta rede foi criada em 1999 em Accra (Gana) com o apoio do Secretário-Geral das Nações Unidas para dar resposta aos desafios que a África enfrenta no domínio da consolidação da paz e abertura ao diálogo construtivo. A rede trabalha actualmente em 12 países da CEDEAO. Na Guiné-Bissau, a WANEP foi institucionalizada em 2004, e agrupa cerca de 20 organizações da sociedade civil, incluindo organizações religiosas, associações de jovens e mulheres. A rede atribui pequenos financiamentos às organizações membros através de micro-projectos (os montantes rondam os 5 mil USD por actividade). Esses fundos são utilizados em campanhas de sensibilização, informação e educação cívica nos domínios da cidadania, boa governação, defesa e promoção dos direitos humanos. A questão da equidade e igualdade de género é uma das prioridades do programa da WANEP, por isso, a criação no seu seio

da WITNEP (rede de mulheres para a promoção de paz) que inclui mulheres líderes de diversos quadrantes da sociedade.

A missão da WANEP é contribuir para a promoção de paz e do diálogo institucional através do reforço de capacidades institucionais e humanas dos seus membros e de outras organizações que intervêm no domínio de paz. Neste momento, a WANEP desempenha um papel importante no quadro da concertação e comunicação entre as organizações da sociedade civil em relação as actividades ligadas a paz, eleições e participação democrática.

RENARC

Rede Nacional das Rádios Comunitárias

Foi criada um pouco antes da guerra de 7 de Junho de 1998 sob iniciativa da AD como forma de aproximar o desenvolvimento local das populações, estimulando um maior envolvimento das comunidades na gestão dos seus espaços e recursos. A RENARC congrega cerca de 24 rádios comunitárias espalhadas um pouco por todo o país. A organização do “Encontro das Rádios Comunitárias dos PALOP” em 2006 na cidade de Bissau, sob os auspícios da RENARC foi a expressão clara da importância crescente das rádios comunitárias na construção da cidadania a partir da base. Sendo a Guiné-Bissau um país de tradição oral as rádios, e em particular, as rádios comunitárias desempenham (e continuarão durante vários anos) um papel crucial junto das comunidades rurais no domínio da informação, comunicação, educação, e formação de consciência. Hoje o país conta com mais de 30 rádios comunitárias, de norte ao sul e do este ao oeste, e a maioria das estações é dirigida por jovens (muitos deles com conhecimentos ou habilidades limitados no domínio de jornalismo, mas dinâmicos e com muito interesse para aprender). Um dos grandes desafios da RENARC é conseguir manter essa dinâmica

reforçando de forma contínua as capacidades dos jornalistas e técnicos numa perspectiva de “produção de uma informação didáctica, isenta e profissional” evitando os frequentes riscos de sensacionalismo e/ou parcialidade.

Célula de Apoio à Planificação Regional

Esta iniciativa começou em Bafatá, mas hoje estende-se às regiões de Cacheu, Gabú e Buba (e brevemente em Farim). Foi estimulada pela Organização Holandesa de Desenvolvimento (SNV) no quadro da assessoria técnica que presta à administração regional no domínio da governação local. A Célula é uma estrutura que congrega organizações da sociedade civil, sector privado, o delegado regional do Plano e a administração regional cujo objectivo é coordenar e monitorar o plano regional, mobilizar recursos internos e externos para a realização das actividades do plano e criar um ambiente propício para o desenvolvimento local participativo. Para além da SNV, a DIVUTEC, AIFA/PALOP, NOVIS, APRODEL e outras organizações têm vindo a intervir no domínio da planificação local com vista a maximizar os recursos utilizados e estimular a criação de uma visão de desenvolvimento partilhada pelos actores locais.

Esta experiência poderá ser muito importante no futuro, em especial no quadro da descentralização de poder e instalação de municípios independentes que irão certamente ter necessidade de elaborar planos municipais participativos envolvendo todos os actores sociais a trabalharem no mesmo espaço físico.

Da parte do Governo, a coordenação e concertação com as organizações da sociedade civil tem sido reclamada por muitos departamentos do governo simultaneamente (*i.e. Secretaria de Estado do Plano, Ministério da Cooperação Internacional, Ministério da Solidariedade Social*). Neste momento, existe uma

clara indefinição no âmbito da coordenação embora pareça existir alguma vontade para o relançamento da coordenação entre o Governo e as organizações da sociedade civil. Entretanto, as frequentes mudanças na estrutura do governo não ajudam a criação do ambiente favorável nem a criação de capacidades para levar a avante as ações de coordenação e concertação interinstitucional. Ainda assim, o governo tem demonstrado vontade neste sentido, através tanto da concessão das isenções aduaneiras aos equipamentos, veículos e materiais importados pelas organizações da sociedade civil no quadro das suas actividades como dos vários acordos bilaterais assinados entre um departamento governamental (com destaque para os Ministérios da Saúde, Educação, Agricultura, Solidariedade Social, Comércio, Pescas e Plano) e as organizações da sociedade civil.

Todavia, a necessidade de reforçar os mecanismos de coordenação e diálogo entre o Governo e as organizações da sociedade é cada vez mais sentida e desejada por ambas as partes.

Por outro lado, ao nível dos **parceiros internacionais** de cooperação para o desenvolvimento, a coordenação é igualmente deficitária. Cada qual trabalha no seu campo, com o seu *niche* de parceiros (por vezes em competição para identificar e fazer acordos com os parceiros locais mais dinâmicos e organizados). Alguns parceiros internacionais trabalham com orçamentos anuais que têm que gerir em função do seu *business plan* previamente acordado com a sede, e onde as margens de manobra para agir de imediato são poucas. Esta situação muitas vezes impede os parceiros internacionais de serem mais visíveis e efectivos em termos de apoio ao desenvolvimento. Um outro factor que joga a desfavor da coordenação entre os parceiros internacionais e as OSC são os critérios e os condicio-

nalismos de acesso aos fundos de cooperação, esses muitas vezes, considerados “*pesados demais*” para as organizações locais. Entretanto, é importante sublinhar que a ausência de mecanismos e estruturas de coordenação ao nível central acaba por interferir com a forma como os parceiros internacionais intervêm no país, ou seja, cada qual se preocupa mais em realizar o seu plano em função das estratégias e directivas acordadas com a sede central, e menos em prestar contas sobre o que faz no país.

2.3 DECRETO-LEI DAS ONG

Em Março de 1992, o Governo aprovou o Decreto-Lei (Boletim Oficial n.º 12 de 23/03/1992) para regulamentar a criação e o exercício de actividades das Organizações Não-Governamentais nacionais. É importante sublinhar, que esta aprovação aconteceu um ano após a abertura política na Guiné-Bissau, altura em que se começava a verificar o aparecimento cada vez maior de organizações da sociedade civil com real destaque para as ONG (*i.e.* Liga dos Direitos Humanos, TINIGUENA, AD, ALTERNAG, DIVUTEC, entre outras).

A concertação e coordenação da intervenção das ONG na Guiné-Bissau eram garantidas e dinamizadas pela SOLIDAMI tutelada pelo Ministério da Cooperação Internacional, mas financiada pelas ONG do norte. A SOLIDAMI guardava uma relativa autonomia financeira e administrativa, facto que a permitia intervir não só no domínio político-administrativo (*i.e.* registo e assinatura de acordo de cooperação entre as organizações não-governamentais do norte e o governo, controle dos relatórios financeiros e de actividades das ONG), mas também no domínio da promoção e desenvolvimento das organizações não-governamentais nacionais através de programas de capacitação e apoio

financeiro para a realização de actividades. A proposta do Decreto-Lei foi o resultado de uma ampla discussão entre as organizações não-governamentais nacionais e o *staff* da SOLIDAMI, que veio a culminar com a sua aprovação em Conselho de Ministros. Nesta perspectiva, o Governo considerava as organizações não-governamentais como actores que actuam em complementaridade à acção do governo e que tinham como denominador comum o trabalho directo com as populações, em especial as mais carenciadas.

O Decreto-Lei remetia a supervisão da intervenção das ONG à SOLIDAMI que por sua vez era tutelada pelo Ministério da Cooperação Internacional. O processo de criação da ONG (bastava um número de 5 pessoas) começava na SOLIDAMI (onde era depositado um dossier de criação com todos os documentos exigidos, nomeadamente os estatutos da organização, cópia dos bilhetes de identidade com assinaturas reconhecidas pelo notariado, número da conta bancária) passando depois pelo Ministério da Justiça para a realização da escritura pública. Depois de realizada essa escritura, a ONG deposita a certidão comprovativa da constituição da organização na SOLIDAMI que por sua vez a enviava ao Ministério das Finanças e do Plano e Cooperação para conhecimento e efeitos de seguimento. Com base neste processo, as ONG eram obrigadas a enviar anualmente (até 31 de Março) uma cópia do relatório financeiro e de actividades contendo a origem dos fundos, seus quantitativos, respectivas afectações, relação dos bens importados, bem como o seu plano de acção para o ano seguinte (Art. N.º 17 do referido Decreto-Lei). O circuito garantia um determinado controle sobre as actividades das ONG assim como o seguimento da aplicação dos fundos recebidos através da cooperação ao desenvolvimento.

As discussões no quadro do primeiro workshop do projecto *No Na Tisi No Futuru* vieram a confirmar que existe toda uma necessidade de actualização do Decreto-Lei das ONG dado o contexto actual do país. Passaram 16 anos desde a aprovação do Decreto-Lei, o país evoluiu política e economicamente, novos desafios se perfilaram perante uma realidade completamente distinta da do início dos anos 90. Hoje, a Guiné-Bissau conta com mais de 150 ONG, várias delas filiadas em diversas redes nacionais, sub regionais ou internacionais, plataformas, ou consórcios. Trata-se de um cenário inimaginável nos anos 80, altura em que a maior parte das ONG eram provenientes da Europa ou América do Norte.

Durante o seminário organizado no quadro deste trabalho, algumas organizações presentes acharam que deveria existir uma actualização ou revisão do presente Decreto-Lei. A maioria dos participantes defendeu que as ONG deveriam apresentar um dossier de proposta de Lei ao Parlamento para a sua análise e aprovação, uma vez que a lei aprovada pelo Parlamento daria muito mais força e legitimidade às organizações não-governamentais.

Para o efeito, sugere-se que a PLACON-GB organize um encontro com as ONG nacionais e internacionais para uma discussão prévia do actual Decreto-Lei, em especial sobre as suas principais lacunas e apresentar novos elementos a serem incluídos no novo texto a ser preparado e submetido à Assembleia Nacional Popular. Recorda-se que uma das alterações de fundo deverá ser a tutela das ONG uma vez que a SOLIDAMI que exercia essa tutela já não existe.

2.4 LEI DA LIBERDADE SINDICAL

A lei n.º 8/91 sobre a liberdade sindical permitiu um rápido crescimento do movimento sindical nacional. A lei estipula a criação, exercício de actividades e extinção dos sindicatos. De apenas uma central sindical (a UNTG) em 1990, o número dos sindicatos passou para cerca de 22, incluindo um importante Sindicato das Mulheres Trabalhadoras que tem recebido apoio de parceiros internacionais (*i.e.* NOVIB da Holanda). Os sindicatos intervêm numa área específica relacionadas com a defesa dos trabalhadores, sua situação laboral e salarial, luta pelos direitos e capacitação dos seus membros. Uma das principais armas de luta dos trabalhadores é o direito à greve como forma de reivindicar melhorias nas suas condições de trabalho ou pagamento salarial. Os sindicatos de trabalhadores partilham um espaço específico de concertação com o governo (*i.e.* fórum de concertação social) onde as negociações e compromissos são discutidos e estabelecidos.

2.5 QUADRO LEGAL DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

O regime das associações de base é regulado através do código civil nos artigos 167º e seguintes, dentro do capítulo referente às pessoas colectivas (artigo 157º e seguintes). De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo n.º 158 do diploma referido, as associações têm personalidade jurídica e são criadas por escritura pública, devendo ser publicadas no jornal oficial, neste caso, o Boletim Oficial, artigo n.º 168. Se faltar esta forma a Associação será considerada nula e não se procederá à sua publicação no boletim oficial. Por fim, as associações extinguem-se, nos termos do artigo 182, alínea a) por deliberação da assembleia-geral, b) por decurso do prazo, se for criada temporariamente, ou noutros casos previstos no artigo n.º 182. É ainda de referir que

a liberdade de associação é um direito consagrado na Constituição da República da Guiné-Bissau no Artigo n.º 55, portanto, um direito fundamental, um direito de liberdade, e por isso, é proibida a interferência do Estado nas actividades associativas (*"os cidadãos têm o direito, sem nenhuma autorização prévia ou de qualquer espécie, de constituir Associações, desde que não incitem a violência e desde que os seus fins não sejam contrários à lei"*).

Todavia, na prática a situação (até à década de 90) era bem diferente. Para a legalização das associações, o Ministério da Justiça exigia a apresentação de uma cópia de depósito bancário no valor de 1.500.000 de francos CFA, montante muito além da real capacidade de poupança das associações. Tratava-se de uma forma muito subtil de impedir o surgimento e o desenvolvimento das associações independentes num período de disputa política e da aproximação das eleições pluralistas. Dado a importância da vida associativa na construção da cidadania e na mobilização das massas, a classe política dominante tinha todo o interesse em travar a criação das associações com medo de vir a perder o controle sobre o eleitorado.

A partir do ano 2000 e fruto da evolução da política nacional, o Ministério da Justiça decide diminuir drasticamente o montante exigido em termos de depósito bancário (de um milhão e meio para menos de 100 mil francos CFA), facilitando dessa forma a emergência e a legalização massiva das associações, especialmente de jovens.

2.6 OS DESAFIOS ACTUAIS DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE

As organizações da sociedade civil têm pela frente importantes desafios no processo da sua afirmação

como actores incontornáveis no processo de desenvolvimento nacional. O facto de intervirem em contextos e lugares muitas vezes longínquos e adversos onde a presença do Estado quase que não é visível fazem destes actores, em particular as organizações não-governamentais, agentes chave na busca de soluções para os problemas das comunidades. Porém, a intervenção das organizações não-governamentais no terreno carece, muitas vezes, de continuidade e sustentabilidade devido à dependência dos fundos dos doadores e aos fracos recursos (financeiros e humanos) de que dispõem para trabalhar.

São poucas as organizações nacionais que conseguem desenvolver estratégias de diversificação de financiamento para poderem garantir a sua sustentabilidade futura. A maioria das organizações vive de financiamentos circunstanciais no quadro de alguns projectos, representando uma tendência geral de "correr atrás" de financiamentos em função das oportunidades do mercado sem olhar para a capacidade interna de absorção dos fundos. O perigo desta forma de actuar é que a mesma pode levar à dispersão de acções, ao desperdício de esforços, e muitas vezes à falta de cumprimento dos prazos (entrega de relatórios narrativos e de contas), e em consequência ao descrédito das organizações.

Este cenário porém, não diminui a contínua importância das organizações da sociedade civil na luta contra a pobreza (*i.e.* acções de micro-crédito, segurança alimentar, diversificação agrícola, etc.), promoção da cidadania (*vide* influencia das rádios comunitárias), da equidade (*i.e.* acções de capacitação e sensibilização), dos direitos humanos (*i.e.* acções de informação jurídica, denúncia de abusos e violências, etc.) e, em grande escala na resolução dos problemas ligados aos serviços sociais de base (*i.e.* escolas, saúde, saneamento de base, etc.)

De entre as fraquezas que são apontadas às ONG nacionais, destacam-se:

- Capacidades insuficientes para tomarem parte em negociações técnicas e apresentarem propostas credíveis no âmbito do desenvolvimento local;
- Capacidade organizacional insuficiente para obter informações estratégicas e pertinentes ao seu funcionamento;
- Ausência de mecanismos e quadros referenciais de diálogo e concertação permanente (liderança para mudança);
- A tendência de dispersão de actividades e esforços;
- A ausência de uma visão estratégica de desenvolvimento que se articule com a missão e os objectivos da organização, o contexto em que actuam e com as prioridades nacionais;
- Fraca capacidade de "*accountability*" (*i.e.* elaborar e publicar relatórios de actividades e contas, fazer auditorias, prestar contas aos órgãos, respeitar a democracia interna, etc).

Estas insuficiências não podem ser interpretadas de forma isolada, uma vez que interagem em relação de complementaridade e interdependência. Para além disso, o contexto social, económico e político (*i.e.* morosidade da justiça, o pagamento irregular dos salários, a alta taxa de desemprego, a fragilidade de infra-estruturas sociais, ausência de incentivos à produção, transformação e comercialização, a ausência de coordenação) pouco favorável em que actuam as organizações nacionais acaba por condicionar as suas intervenções e influenciar os resultados dos seus trabalhos.

O presente programa de Reforço de Capacidades das Organizações da Sociedade Civil deve procurar articular as acções de formação previstas com as referidas insuficiências, algumas delas inerentes ao processo da evolução histórica da sociedade civil de forma

a contribuir para reduzir os riscos do investimento do programa e melhorar a performance dos actores da sociedade civil.

2.7 INICIATIVAS DE REFORÇO DE CAPACIDADES DA SOCIEDADE CIVIL EM CURSO

Neste momento existem algumas organizações a intervirem no domínio da capacitação de organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau. Um esforço na procura de articulação e sinergias de intervenções e investimentos entre o programa *No Na Tisi No Futuru* e as referidas organizações é fundamental para o sucesso do programa. De entre as organizações que intervêm no domínio da capacitação destacam-se:

- **SNV** (*Organização Holandesa de Desenvolvimento*)

A SNV é uma organização de prestação de assistência técnica às organizações da sociedade civil. Ela intervém ao nível das regiões de Bafatá, Gabú, Quinará, Cacheu, Oio e Bissau. Os seus serviços englobam metodologias de planificação estratégica, género e desenvolvimento, liderança, serviços sociais de base e transformação do mercado.

- **PNUD** (*Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*)

Esta agência das Nações Unidas tem financiado acções de capacitação dos actores da sociedade civil, mas não tem um programa específico de formação para a sociedade civil. Perspectiva-se o início de um programa de formação e capacitação no domínio da comunicação, informação, quadro jurídico, género. A agência apoia igualmente actividades de educação cívica para as eleições (via a Comissão Nacional das Eleições) e um projecto de micro-finanças em colaboração com o Ministério das Finanças que beneficia as organizações da sociedade civil. Para além disso,

o PNUD apoia, através dos Voluntários das NU (VNU), várias acções de capacitação e reforço de capacidades das organizações da sociedade civil quer através da PLACON-GB quer directamente com as associações de jovens (RENAJ, CNJ).

- **BM** (*Banco Mundial*)

Esta instituição pretende desenvolver um programa de apoio ao desenvolvimento comunitário com implicação de agentes comunitários, associações e organizações não-governamentais.

- **FNUAP** (*Fundo das Nações Unidas para a População*)

Está em perspectiva um programa de apoio à elaboração de uma Política Nacional em matéria de Equidade e Igualdade de Género através do Instituto da Mulher e Criança (IMC) com a implicação da sociedade civil. O FNUAP tem apoiado acções de formação em domínio de género, quadro lógico, métodos e instrumentos participativos.

- **INFORMORAC** (*Iniciativa Nacional de Formação Móvel das Rádios Comunitárias*)

Esta Organização fornece serviços de assessoria a 12 estações de rádios comunitárias no domínio de jornalismo (recolha e tratamento de notícias, condução de entrevistas, difusão de informação, entre outros). Para além da capacitação on the job dos jornalistas, a INFORMORAC forneceu equipamentos e geradores às estações para elevar a qualidade e a performance dos gestores dessas estações.

- Para além dessas organizações, a Cooperação Espanhola (irá apoiar a construção de centros de formação socio-profissional), a Comissão Europeia (no quadro 10º FED irá financiar a sociedade civil em moldes ainda em estudo), a Action Aid (apoia o reforço de capacidades das associações locais

e redes na luta contra o VIH/Sida e luta contra a pobreza), a SWISSAID (apoia o reforço de capacidades das federações camponesas e organizações da sociedade civil), a AD (Escola de Artes e Ofícios), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o CEDEAO e a ADPP, também intervêm no domínio do apoio ao reforço de capacidades das associações e ONG.

2.8 A IMPORTÂNCIA DO REFORÇO DO DIÁLOGO INSTITUCIONAL

A cultura do diálogo entre as instituições (públicas ou privadas) é um instrumento importante para o reforço de confiança, busca de consensos e desenvolvimento das relações de cooperação e colaboração. O défice que neste momento existe em termos de mecanismos e estruturas de concertação e coordenação entre as organizações da sociedade civil e, entre estas e o governo é apontado por muitos actores locais como um dos factores que contribuem para fomentar o clima de desconfiança, que constitui um obstáculo ao desenvolvimento de uma parceria mais qualitativa e benéfica, em especial para os destinatários dos seus serviços, ou seja as populações em geral. Convém referir que esta dificuldade de comunicação entre a sociedade civil e o governo é, em parte condicionada pelo próprio contexto do país.

Porém, é importante que o Ministério da Cooperação Internacional reactive a comunicação e concertação de forma mais formal e sistemática com as organizações da sociedade civil através da criação de uma estrutura (por exemplo um gabinete) simples, com alguns quadros do Ministério que seja responsável pela

ligação com a sociedade civil. Os quadros indigitados poderiam inclusivamente participar em algumas acções de capacitação no domínio de tratamento e gestão de bases de dados, monitoria e avaliação e técnicas de facilitação. O importante é que o gabinete desenvolva um espírito de cooperação baseado no diálogo e solidariedade em vez de controle e imposição.

Da parte do governo, ficou claro nas discussões com o ex-Secretário de Estado da Cooperação Internacional⁹ que constitui uma prioridade a revitalização da coordenação e concertação numa base regular com a sociedade civil, uma vez que considerava as ONG um prolongamento do braço do governo, por isso o interesse do governo em facilitar o diálogo desses actores com os doadores.

Da parte da sociedade civil, a refundação e o reforço do papel da PLACON-GB é fundamental para o relançamento e fortalecimento da parceria entre o governo e a sociedade civil. A forma como essa colaboração se deve operacionalizar pode ser objecto de um encontro de discussão entre o governo (representado pelos Ministérios da Cooperação internacional, das Finanças e a secretaria de Estado do Plano) e a sociedade civil.

Todavia é pertinente que sejam clarificados os papéis e tarefas de algumas estruturas de coordenação no interior da sociedade civil, como por exemplo, a PLACON-GB, o Movimento da Sociedade Civil e a WANEP. A Plataforma enquanto rede das ONG nacionais e internacionais poderia ser um interlocutor importante no relacionamento com o governo para assuntos ligados ao desenvolvimento local participativo. O Movimento da Sociedade Civil, enquanto órgão que engloba uma

9) Roberto Cacheu, ex-Secretário de Estado da Cooperação Internacional.

maior representatividade e diversidade de actores da sociedade civil (ONG, sindicatos, associações, igrejas e outras) poderia desempenhar um papel mais de índole *político-social* na articulação e interligação com as instituições o Estado e parceiros internacionais, sobretudo no que diz respeito à luta contra a violação dos direitos humanos e participação democrática e luta contra a corrupção. A WANEP é, essencialmente uma rede de facilitação e de reforço de capacidades das organizações que intervêm no âmbito da paz e reconciliação. É nesta perspectiva e, a partir desse pressuposto, que as discussões e os mecanismos de concertação entre essas diferentes redes podem e devem ser estimuladas e reforçadas.

2.9 ANÁLISE COMPARATIVA DO QUADRO LEGAL DA SOCIEDADE CIVIL NOS PALOP

As alterações às Leis Constitucionais introduzidas nos PALOP nos inícios dos anos 90, destinaram-se principalmente à criação das premissas constitucionais necessárias à implementação da democracia multipartidária e à ampliação dos reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, assim como à consagração constitucional dos princípios basilares da economia de mercado.

O juízo de apreciação efectuado pelas autoridades competentes, que conduz ao acto de reconhecimento de uma associação inscrita na sociedade civil, é vinculado através do processo pelo qual aferem da compatibilidade dos estatutos da associação com critérios legais objectivos, sendo quatro as fases que presidem à constituição de uma associa-

ção: (i) a fase da escritura pública, (ii) a fase da publicação dos estatutos, (iii) a fase do depósito da escritura pública e (iv) a fase do registo, com base na compatibilidade dos estatutos da associação com as normas legais aplicáveis. Analisando o marco legislativo e a institucionalidade desses países, numa forma geral, as constituições introduziram o Estado de Direito Democrático essencialmente orientado para a realização das primeiras eleições multipartidárias da sua história. A incorporação da temática das associações de base, foi um processo à posteriori, mesmo com a existência dos sindicatos no período pós-independência, no qual vigorou o regime de partido único em todos os cinco países.

Mas a crescente dinamização dos espaços e programas de desenvolvimento locais e nacionais, contrastando com as dinâmicas dos Estados (suas instituições) em jogar o seu papel devido a factores e conjunturas diversas, favoreceu uma explosão de organizações que se inscrevem no âmbito da sociedade civil, o que como consequência levou algumas revisões do Decreto-Lei, transformando esta assim num campo “elástico” onde quase tudo se encaixava¹⁰.

Actualmente, pode-se considerar que o quadro jurídico é favorável ao exercício das organizações desta índole, mas existem lacunas, na medida que o espírito era mais de “controlar” do que “orientar”, facto que é visível nas suas denominações, tipicidade e estrutura por país e de carácter multiforme.

Porém, algumas particularidades podem ser sublinhadas no domínio do regulamento do quadro legal das organizações da sociedade civil:

10) Para maior aprofundamento desta temática, consultar o centro de documentação da Plataforma das ONGD portuguesa disponível em: <http://www.plataformaongd.pt>

Na Guiné-Bissau, vigora um Decreto-Lei das ONG, uma lei sobre a liberdade sindical (transversal a todos os PALOP) e um regime das associações de base baseado no código civil. Em Cabo-Verde vigora o **Regime jurídico da constituição de associações de fim não lucrativo** (Lei n.º 25/VI/2003 de 21 de Julho), que também contempla as associações sem personalidade jurídica; quanto a Angola, o Decreto-Lei n.º 14/91 de 11 de Maio, rege a criação das associações, faz uma ressalva a criação de legislação própria para os sindicatos, grupos político-partidários, cooperativas e organizações religiosas.

Cabo Verde foi o primeiro país a criar em 1987 a Lei das Associações seguido de Angola e Moçambique em 1991. Angola aprovou a lei das Associações em Maio de 1991 e Moçambique em Julho. A Guiné-Bissau cria o Decreto-Lei N.º 23/92 publicado no Boletim Oficial n.º 12 de 23/03/1992. Tanto as Leis (Cabo Verde, Moçambique e Angola) como o Decreto-Lei (Guiné-Bissau) tratam das modalidades de criação e do exercício das associações e/ou organizações não-governamentais no território nacional dos respectivos países. As diferenças que existem são principalmente em relação à maior ou menor facilidade de criação e legalização e em relação a tutela (nuns é o Organismo Responsável pela Cooperação Internacional, noutros é o Ministério do Interior ou o Comissariado Provincial se for uma associação de natureza regional ou local, para o caso de Angola).

Um dos denominadores comuns à dinâmica da sociedade civil no espaço PALOP é a enorme variedade das organizações. Existem as ONG nacionais e as internacionais, encontram-se ONG especializadas numa certa área, seja a saúde, a agricultura, o apoio às crianças ou aos velhos, aparecem algumas ONG que trabalham no desenvolvimento urbano, enquanto muitas outras se dedicam ao desenvolvimento rural. Há ainda as

redes e fóruns de ONG, os sindicatos e as organizações religiosas.

A participação social da sociedade civil nos países africanos de língua portuguesa tem demonstrado:

- Uma clara dinâmica de crescimento da sociedade civil organizada
- Quer em número de organizações;
- Quer em tipo de organizações (Associações, ONG, Igrejas, Sindicatos);
- Quer em diversidade de áreas de actuação (Desenvolvimento social e comunitário, luta contra pobreza, género, direitos humanos, extensão rural, saúde, educação, ambiente, etc.)
- Novo papel enquanto actor relevante nos processos sociais e de desenvolvimento
- Crescente importância das ONG nacionais no seu papel de complementaridade e proximidade com as comunidades de base e mais excluídos
- Existência de Plataformas de ONG em todos os países africanos de língua oficial portuguesa

Entretanto, algumas debilidades podem ser apontadas como principais fraquezas comuns:

- Processo recente;
- Dificuldades organizacionais (*i.e.* recursos humanos qualificados e ao nível das exigências da crise económica e social);
- Dependência de financiamento dos parceiros internacionais;
- Défice no relacionamento com o Estado;
- Proliferação de actividades;
- Concentração excessiva nos centros urbanos.

3. ANÁLISE DAS CAPACIDADES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ACTORES DA SOCIEDADE CIVIL INQUIRIDOS

A avaliação da dimensão interna das organizações da sociedade civil guineense foi feita na base de um processo participativo que incluiu a utilização de questionários e entrevistas directas com os responsáveis ou

representantes das organizações locais para a recolha de dados e de informações relevantes sobre a forma como funcionam. Os inquiridores percorram todas as regiões do país e conseguiram recolher dados de 126 organizações (ONG, redes, associações de base), distribuídas geograficamente da seguinte maneira:

QUADRO II Distribuição geográfica das OSC inquiridas

Região	N.º de OSC inquiridas	Região	N.º de OSC inquiridas
Bafatá	12	Oio	7
Biombo	5	Quinara	13
Bolama/Bijagós	5	Sector Autónomo de Bissau	55
Cacheu	10	Tombali	11
Gabú	8		

A análise dos dados revela uma forte concentração de organizações da sociedade civil em Bissau (43%). A oportunidade de acesso aos financiamentos dos doadores, as relações interinstitucionais privilegiadas (Governo, ANP, Nações Unidas entre outros) e a forte concentração da população na capital (mais de 30% da população nacional vive em Bissau segundos os

dados do último censo de 1991) é uma das hipóteses para esta tendência. Para além dos contactos directos que os actores nacionais podem estabelecer com os parceiros internacionais, é na cidade de Bissau que existem maiores oportunidades de acesso aos meios de comunicação tecnológicos, às universidades, a um grande número de centros profissionais de formação,

entre outros. Estes factores são importantes no processo de criação de consciência sobre a importância da vida associativa na defesa e promoção de valores dos cidadãos e no desenvolvimento local.

Surpreendentemente, a cidade de Gabú que conhece uma dinâmica comercial, social e política um pouco acima da média das outras regiões da Guiné-Bissau, devido ao facto de a cidade se situar na linha da fronteira terrestre com dois países (Senegal e Guiné-Conakry) e com excelentes vias de comunicação com a capital, conta apenas com 6% do total das organizações inquiridas. Contrariamente, a região de Quinara que conhecera pouca dinâmica associativa no passado é a região onde foram inquiridas mais organizações depois de Bissau, ou seja 13 organizações, equivalente a 10% do total.

As regiões de Biombo e Bolama/Bijagós são as que apresentam menor número de organizações inquiridas. A complexidade geográfica das ilhas aliada às dificuldades de acesso e comunicação com os seus

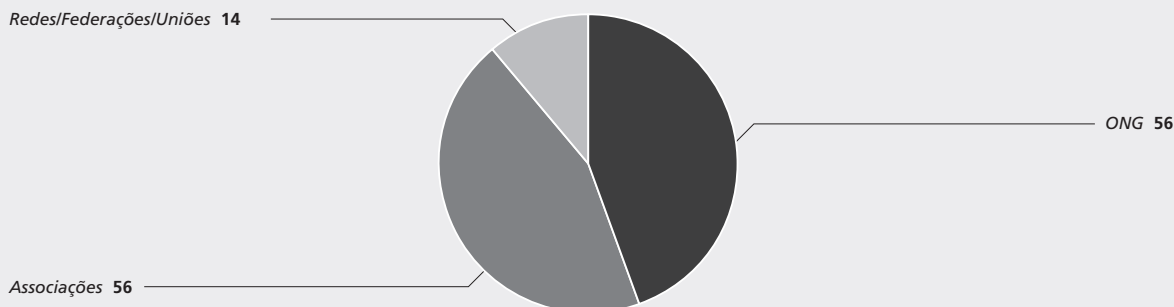
habitantes são factores que jogam a desfavor de um maior dinamismo associativo na região. A região de Biombo tem sido desde os anos 80, a região onde se registam menos iniciativas de desenvolvimento social. As principais fontes de rendimento das populações locais são as actividades do comércio de caju, pesca e produtos agrícolas.

Porém, é importante referir que muitas organizações estão em Bissau, onde têm a sua sede social, mas também desenvolvem actividades em outras regiões (um exemplo é a DIVUTEC que está em Bissau, mas desenvolve igualmente projectos em Tombali, Quinara e Gabú).

3.2 TIPO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE

Os gráficos em baixo revelam-nos a tipologia das organizações da sociedade civil nacional inquiridas. As organizações não-governamentais e as associações juvenis são, como se pode constatar, as mais numerosas.

GRÁFICO 1 Tipo de organizações da sociedade civil inquirida



A disponibilidade de fundos destinados a actividades de desenvolvimento fazem normalmente crescer o interesse para a criação de ONG e associações de jovens um pouco por todo o país. Por outro lado, assiste-se gradualmente a um aumento de interesse pela criação de redes (ou federações/uniões) de associações ou ONG. Este facto está provavelmente ligado ao interesse das organizações em partilhar experiências e conhecimentos de forma a potenciar as suas intervenções, em especial no mundo rural.

Entre as associações inquiridas (gráfico 2), as comunitárias ocupam um lugar de destaque, representando

57% do total das associações. As associações juvenis (19%) e as profissionais (16%) são as que seguem em termos de expressão numérica. As associações de mulheres representam apenas 5% das associações inquiridas, o que não deixa de ser curioso dada a importância cada vez mais acrescida da participação e envolvimento da mulher na vida associativa e nas acções de desenvolvimento local e actividades geradoras de rendimento. A nossa hipótese é que o número real das organizações de mulheres activas no terreno é superior ao número que aparece nas diferentes listas (PLACON-GB) fornecidas pelas instituições nacionais e que serviram de orientação para este estudo.

GRÁFICO 2 Tipos de associações inquiridas

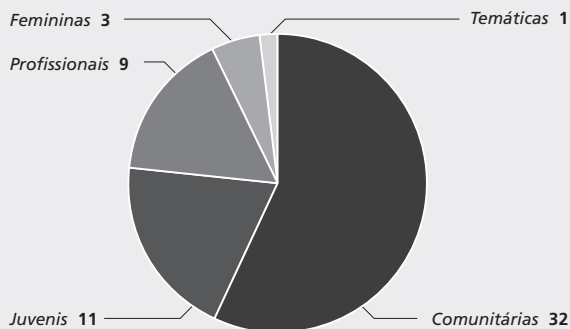
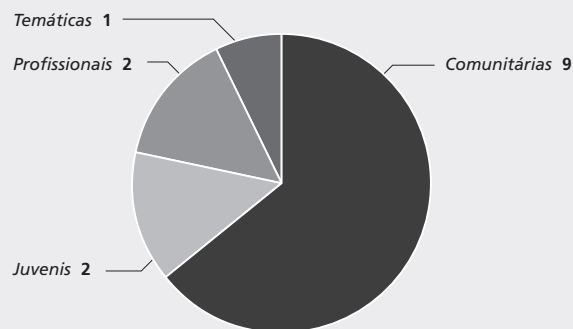


GRÁFICO 3 Tipos de redes e federações inquiridas



3.3 TIPOS DE REDES E FEDERAÇÕES

Em relação aos tipos de redes e federações existentes, o gráfico 3 mostra-nos que as organizações comunitárias aparecem em maior número do que as profissionais, juvenis ou temáticas. Este não deixa de ser um facto interessante visto que as redes de associações no mundo rural podem desempenhar um papel crucial na mobilização de recursos, na defesa dos interesses dos camponeses e na partilha de experiências e tecnologias.

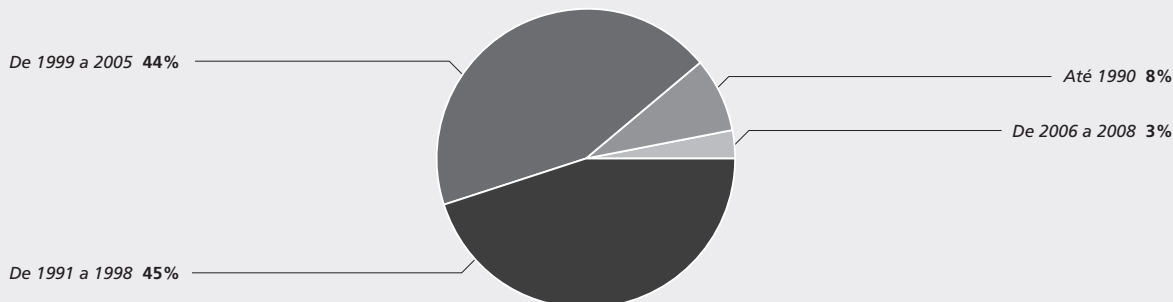
3.4 DINÂMICA DE CRIAÇÃO DAS OSC

A data de criação das organizações da sociedade civil foi uma das questões que o presente estudo procurou investigar. Esta informação é relevante na medida em que permite melhor enquadrar e compreender a dimensão das informações relativas ao estado de evolução da organização, a sua estrutura, a dinâmica e os progressos realizados. O gráfico seguinte (4) revela a tendência na criação das organizações da sociedade civil. Se até 1990, período em que na Guiné-Bissau existia um sistema monopartidário e centralizado, os actores da

sociedade civil eram, em termos de números e acções, pouco *relevantes* (apenas 8% do total das OSC inquiridas pelo estudo), essa tendência inverteu-se significativamente entre 1991 e 1998 (45%), período que antecedeu a guerra civil (98/99). O ritmo de criação de OSC manteve-se quase que igual no período pós guerra, ou seja entre 1999 e 2005 (44%). O facto de o país ter passado de um sistema centralizado para um regime pluri-partidário e uma economia regulada pelas leis do mercado fez disparar o interesse dos cidadãos pelas organizações da sociedade civil (ou actores não-estatais na nomenclatura actual da União Europeia).

Entretanto, a partir de 2006 e até a data presente, verificou-se um certo decréscimo na criação de actores não-estatais, os dados do estudo revelam apenas 3% de organizações registadas e inquiridas. Um dos factores explicativos para esta situação pode ter sido o facto de o país passar a ser considerado um “*Estado frágil*” ou “*país de risco*” pela comunidade internacional devido às constantes perturbações políticas e ao aumento da consumo e tráfico de droga, facto que levou a um certo declínio da ajuda ao desenvolvimento e desmotivação de vários doadores pela Guiné-Bissau.

GRÁFICO 4 Datas de criação das organizações da sociedade civil



3.5 ÁREAS TEMÁTICAS DE INTERVENÇÃO

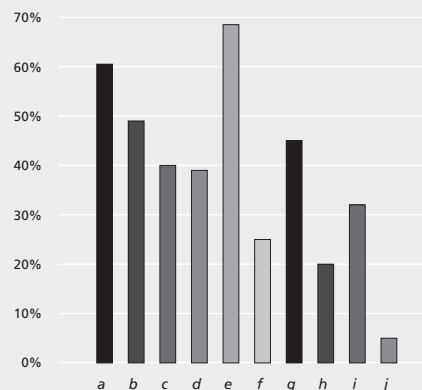
Em relação às áreas temáticas preferenciais de actuação das OSC, o estudo revela que a área de Educação e Formação ocupa um lugar de destaque (cerca de 70% das organizações inquiridas dizem intervir nesse domínio). De seguida surgem as áreas de segurança alimentar e desenvolvimento rural (cerca de 60%) e saúde (quase 50%). O facto de os indicadores sociais e da pobreza do país serem externamente baixos e de se verificar quase que um *“abandono do governo”* ao sector social, tem levado os actores da sociedade civil

a ocupar cada vez mais esse espaço, em especial no mundo rural.

As áreas das actividades geradoras de rendimento (cerca de 45%), ambiente (40%), água e saneamento (quase 40%) são outras das áreas de interesse das organizações inquiridas. A problemática da justiça social, em especial a equidade de género (mais de 30%), direitos humanos (cerca de 20%), micro-créditos aos mais desfavorecidos (cerca de 25%) são igualmente áreas que atraem um número considerável de actores da sociedade civil, conforme indica o gráfico 5 (em baixo).

GRÁFICO 5 Áreas temáticas de intervenção das organizações da sociedade civil

- a Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural
- b Saúde
- c Ambiente
- d Água e Saneamento Básico
- e Educação e Formação
- f Micro-Finanças
- g Economia e Actividades Geradoras de Rendimento
- h Direitos Humanos e Cidadania
- i Género
- j Outras Áreas



3.6 ZONAS GEOGRÁFICAS DE INTERVENÇÃO

Em termos de zonas geográficas de intervenção das organizações da sociedade civil (ver o gráfico 6), a cidade de Bissau parece ser o local privilegiado em ter-

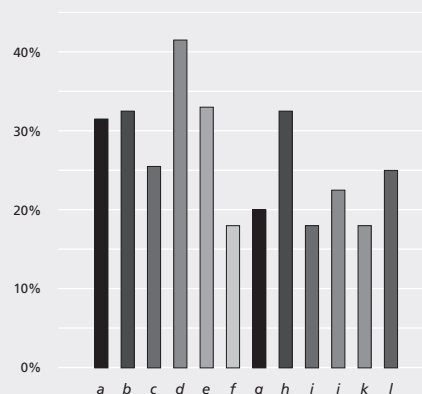
mos de actividades da sociedade civil, onde mais de 40% das organizações inquiridas dizem intervir. Em proporções quase idênticas, seguem-se as regiões de Bafatá, Gabú, Quinara e Tombali onde mais de 35% de organizações desenvolvem actividades. Um aspecto

importante a destacar na análise do gráfico é o facto de a região de Gabú ter registado apenas 6% das organizações inquiridas (ou seja 8 em 126), mas ao mesmo tempo surgir nos lugares cimeiros em termos de quantidade de organizações que naquela região desenvolvem acções. Esta particularidade é explicada pelo facto de que muitas organizações estarem fisicamente em Bissau (onde têm a sede e o pessoal), mas

desenvolverem acções noutras regiões (*i.e.* AD, DIVUTEC, ADIM, TINIGUENA, ALTERNAG, NADEL, entre outros). A região de Bolama/Bijagós é aquela onde se registam menos intervenções das Organizações da sociedade civil (menos de 20%). Este facto poderá estar ligado a particularidade das ilhas em termos de dificuldades de acesso e comunicação.

GRÁFICO 6 Áreas geográficas de actuação das organizações da sociedade civil

- a Bafatá
- b Gabú
- c Biombo
- d Bissau (SAB)
- e Quinara
- f Bolama
- g Bijagós
- h Tombali
- i Oio (área de Nhacra)
- j Oio (área de Farim)
- k Cacheu (São Domingos)
- l Cacheu (Cachungo)



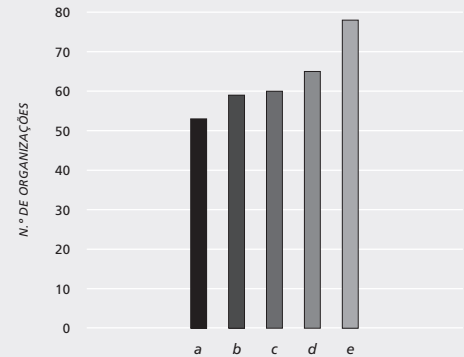
3.7 VOLUME DE PROJECTOS GERIDOS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

O gráfico seguinte (7) oferece-nos um quadro de referência sobre o volume de projectos desenvolvidos pelas organizações da sociedade civil inquiridas, nos últimos cinco anos. Neste período tem-se verificado um aumento importante de projectos desenvolvidos pelas OSC, podendo este facto ser explicado, entre outros, pelos seguintes factores:

- 1) as frequentes perturbações políticas e institucionais no país têm promovido um maior interesse da comunidade internacional em cooperar com as organizações não-estatais;
- 2) a capacidade de absorção de projectos por parte da sociedade civil tem vindo paulatinamente a aumentar;
- 3) a disponibilidade de pequenos fundos no âmbito da luta contra a pobreza e HIV/Sida tem levado um grande número de associações e ONG a concorrerem a esses fundos.

GRÁFICO 7 Organizações da sociedade civil que desenvolveram projectos nos últimos cinco anos

- a Ano 2003
- b Ano 2004
- c Ano 2005
- d Ano 2006
- e Ano 2007



3.8 AUDITORIAS ÀS CONTAS

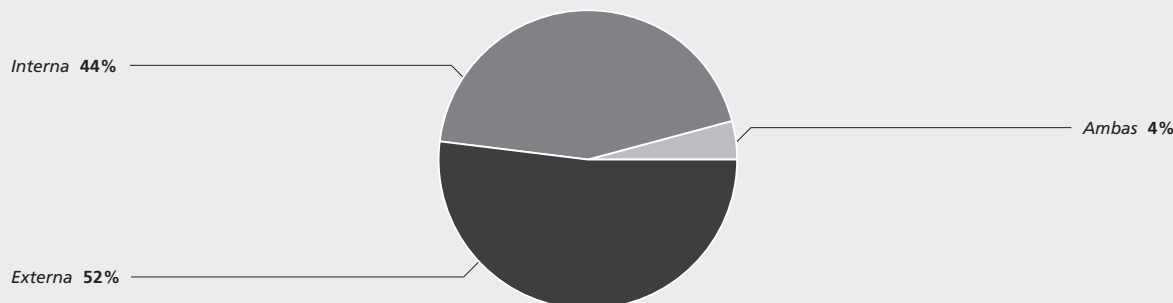
Em relação à organização e funcionamento dos actores da sociedade civil nacional os dados deixam entender que tem havido um esforço substancial por parte dos referidos em termos da transparência organizacional, reforço de mecanismos de controle e prestação de contas, da legalização e de democracia interna. Esses dados para além de constituírem um sinal de encorajamento para os objectivos do presente projecto (reforço de capacidades) não deixam de ser importantes para a visibilidade e para uma maior afirmação da sociedade civil guineense.

Das organizações inquiridas, 88,10% dizem ter os estatutos aprovados e 67,46% das quais já têm os estatutos publicados no boletim oficial. Este é um dado importante porque permite não só às organizações nacionais candidatarem-se a fundos dos parceiros internacionais, como também contribui para aumentar a auto-estima das mesmas.

Um dos grandes desafios das organizações da socie-

dade civil guineense situa-se no domínio da promoção de uma cultura de transparência na gestão dos recursos financeiros, materiais e humanos. A capacidade de elaborar relatórios regulares de actividades e contas e a sua validação em órgãos próprios e publicação tem constituído o "calcanhar de Aquiles" dos actores da sociedade civil ao longo dos anos. Neste capítulo, surpreendentemente, os dados do presente estudo mostram que 90,48% das organizações inquiridas elaboram os relatórios de actividades (ou pelo menos o tenham feito em 2007), 81,75% das quais elaboram o relatório de contas, e entre essas, 80,16% dizem que apresentam e aprovam os relatórios de actividades e de contas nas assembleias-gerais, enquanto que, 80,95% apresentam os relatórios aos seus sócios para apreciação e aprovação.

O gráfico seguinte mostra-nos a situação das organizações que realizam auditorias a suas contas. 52% das organizações enquadradas pelo estudo dizem efectuar auditorias externas, enquanto 44% realiza auditorias internas e 4% realizam ambas as auditorias.

GRÁFICO 8 Auditorias às organizações da sociedade civil

3.9 MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO INSTITUCIONAL

Ainda neste capítulo, 46,87% das organizações inquiridas dizem enviar os relatórios aos seus parceiros nacionais para conhecimento, enquanto 53,17% afirmam enviar os relatórios de contas aos seus financiadores e apenas 19,05% dizem enviar os relatórios às redes a que pertencem. A situação muda de dimensão quando se trata da relação com o governo. De acordo com os dados obtidos, só 12,70% das organizações afirmam enviar os relatórios e entidades governamentais. Este dado, leva-nos a fazer as seguintes considerações:

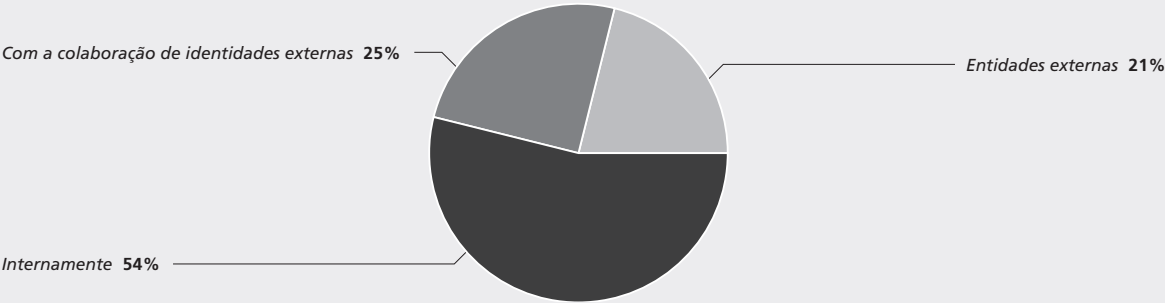
- A relação de cooperação e colaboração entre o governo e as organizações da sociedade civil não tem sido construída numa base institucional e sistemática. Com o desaparecimento do instituto nacional de coordenação da ajuda não-governamental (SOLIDAMI) nos anos 90 na sequência da instabilidade política e institucional que o país conheceu desde a guerra de 98, o governo não tem dado muita atenção à questão da coordenação da ajuda ao desenvolvimento;
- A insuficiência de coordenação e contactos regulares entre as entidades governamentais e os actores da sociedade civil tem contribuído para criar (e reforçar)

o ambiente de especulação e desconfiança entre as partes;

- A descoberta pode igualmente significar que algo deve ser corrigido. Se a história nos ensina que o relacionamento entre a sociedade civil e os governos em geral (não só na Guiné-Bissau, mas em qualquer parte do mundo) não tem sido pacífico, neste momento existe todo um clima de vontade política que poderia ser aproveitada para recriar novas formas de relacionamento e de colaboração.

Um outro aspecto que esta análise das capacidades internas das organizações quis conhecer é a situação da existência ou não de planos de acção e/ou estratégicos. A existência de um plano de acção ou planificação estratégica é um indicador importante no quadro da dinâmica organizacional, pois um plano reflecte uma intenção baseada numa identificação de necessidades. O gráfico 9, mostra-nos que 54% das organizações inquiridas dizem ter um plano estratégico elaborado internamente, ou seja com recursos próprios, 25% têm o plano estratégico elaborado com o apoio de entidades externas, enquanto que 21% conseguiram elaborar o plano com assistência total de uma entidade externa.

GRÁFICO 9 Elaboração dos planos estratégicos das organizações da sociedade civil



3.10 QUEM SÃO OS FINANCIADORES DAS OSC

Em relação aos financiadores das organizações da sociedade civil (quadro em baixo), os dados recolhidos demonstram que existe uma grande pluralidade de parceiros internacionais que financiam projectos dos actores da sociedade civil guineense. A lista dos finan-

ciadores inclui a União Europeia, agencias das Nações Unidas, embaixadas, instituições financeiras e organizações não-governamentais da Europa, Estados Unidos, Canada e pelo próprio governo da Guiné-Bissau. Em termos do volume financeiro, o estudo não conseguiu distinguir de entre os financiadores quem são os mais importantes.

QUADRO III Financiadores das OSC Guineenses

Financiadores	Organizações
União Europeia	–
Agências das Nações Unidas	PAM, UNICEF, OMS, FNUAP, PNUD, FAO, VNU
Banco Mundial	–
OIM	–
Agências de Cooperação Governamentais	Portugal, Suíça, França, Canada, Cuba, Alemanha, Holanda, EUA
ONG internacionais	Portuguesas, Italianas, Espanholas, Belgas, Holandesas, Britânicas
Entidades Governamentais	Secretariado Nacional de Luta contra a Sida, IBAP, Ministério de Saúde, Ministério de Agricultura
ONG Nacionais	–
Emigrantes	–

3.11 VOLUME DE FINANCIAMENTOS GERIDOS

No que diz respeito aos montantes geridos (ver gráfico em baixo) pelas organizações nota-se um claro aumento de financiamento nos dois últimos anos (2006

e 2007), com cerca de 20 organizações inquiridas (mais de 15%) a gerirem montantes por cima dos 30 mil euros. Por outro lado, cerca de 40 organizações (mais de 30% das organizações) declaram ter gerido montantes inferiores a 10 mil euros em 2007.

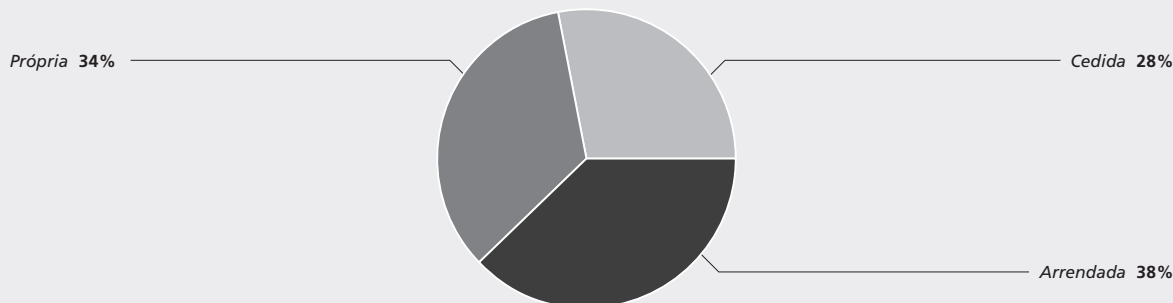
GRÁFICO 10 Montantes médios dos projectos desenvolvidos pelas organizações da sociedade civil



3.12 MEIOS DE FUNCIONAMENTO

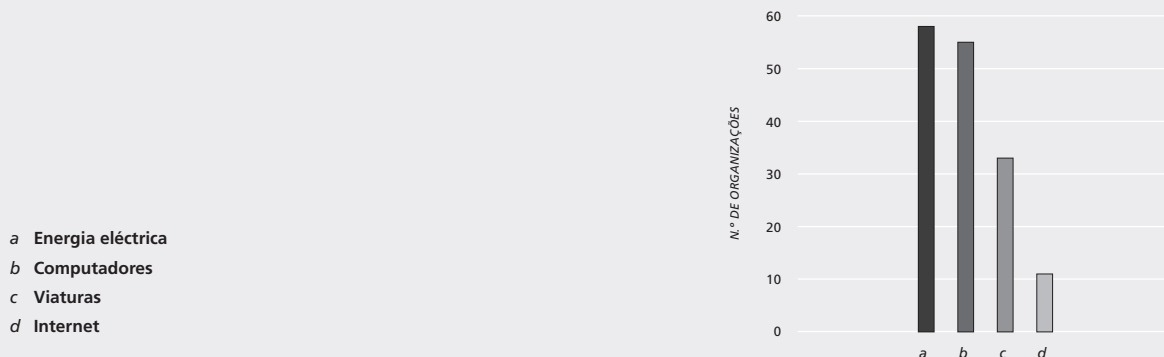
O contexto das actividades das organizações da sociedade civil é marcado por um complexo arranjo institucional e estrutural com reflexos importantes no trabalho do dia-a-dia desses actores. Por exemplo, várias são as organizações que recorrem a casas de amigos ou vizinhos para poderem reunir e discutir sobre a vida da organização, por falta de uma sede própria. É evidente que a existência de uma sede de trabalho tem reflexos importantes na capacidade organizacional

e na própria dinâmica da organização, por isso, o estudo quis saber um pouco mais sobre como as organizações inquiridas se encontravam em relação às sedes de trabalho. O gráfico 11 revela a realidade das organizações quanto à posse de uma sede. Assim, apenas 34% das organizações dizem possuir uma sede própria, enquanto que 38% tem uma sede arrendada, ou seja pagam regularmente rendas a um senhorio e 28% dizem que funcionam em casas cedidas por amigos, familiares ou vizinhos.

GRÁFICO 11 Sedes das organizações da sociedade civil

O gráfico 12 revela-nos dados igualmente importantes do ponto de vista da capacidade organizacional e modo de funcionamento das OSC. Segundo o gráfico, 33 das 126 organizações inquiridas (ou seja 26%) dizem possuir uma viatura de trabalho, 55 organizações (43,6%) têm ou utilizam computadores, 11 (8,7%) tem acesso a internet, enquanto que 58 organizações (46%) dizem dispor de energia eléctrica. Estas informações deixam

entender que apesar de estarem a actuar num contexto socioeconómico e político nada favorável e marcado por inúmeras perturbações políticas e uma gestão inadequada dos bens públicos, factor que gera alguma desconfiança quanto a transparência e seriedade dos actores nacionais, as organizações da sociedade civil demonstram ainda assim uma relativa capacidade de mobilizar apoios para as suas actividades.

GRÁFICO 12 Recursos materiais das organizações da sociedade civil

3.13 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Um dos grandes desafios dos actores da sociedade civil situa-se ao nível de pessoal qualificado e motivado para responder aos desafios da organização e das comunidades. Mais de 69% das organizações inquiridas revelaram interesse em capacitar o seu pessoal, enquanto que cerca de 73% afirmam que avaliam normalmente as competências ou qualificações do seu pessoal depois de alguma sessão de formação ou capacitação, 70% avaliam mudanças de comportamento e/ou atitudes do pessoal antes e depois das formações enquanto que 75% dizem que transmitem aos colegas os conhecimentos adquiridos. Em relação às capacidades de diagnóstico de situação, monitoria, avaliação de projectos envolvimento dos beneficiários na vida da organização, a situação é a seguinte:

- 38,02% das organizações dispõem dados socio-económicos (sexo, idade, etc...) sobre os grupos-alvo

com quem trabalham;

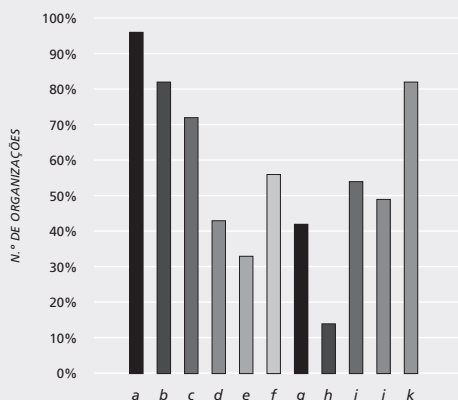
- 74,38% das organizações têm sistemas de acompanhamento e avaliação dos projectos com indicadores definidos;
- 78,51% delas elaboram relatórios de acompanhamento;
- 76,86% das organizações envolvem os beneficiários na identificação e planeamento dos projectos;
- 71,90% dizem envolver os grupos comunitários na implementação dos projectos;
- 72,73% envolvem as comunidades na avaliação dos projectos.

3.14 COORDENAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS DAS OSC

O gráfico seguinte revela-nos a existência de um complexo arranjo institucional em termos de coordenação, comunicação e relações entre as organizações da sociedade civil.

GRÁFICO 13 Coordenação e relações externas das organizações da sociedade civil

- a Inseridas em Redes/Federações/União
- b Comparecem nas reuniões das redes
- c Envia informação regular para as redes
- d Fazem parte de órgãos de gestão das redes
- e Participam em corpos de coordenação entre ONG e agências governamentais
- f Possuem *memorandum* de entendimento ou contrato de Ministério ou autoridade local
- g Têm ligações a outras possíveis instituições de apoio (universidades, agências internacionais)
- h Pertencem a consórcios de ONG
- i Partilham recursos com outras organizações
- j Possuem material promocional
- k Utilizam meios de comunicação social



Quase todas as organizações encontradas e inquiridas (96%) dizem estar inseridas em redes, federações ou uniões e que tomam parte das reuniões das redes nas quais se inserem. Um outro dado importante do estudo (ver gráfico 14) é a formalização de acordos ou memorandos de colaboração entre as OSC e as instituições públicas (Ministérios técnicos, governos locais, etc). Cerca de 56% das organizações inquiridas dizem ter formalizado relações de colaboração com alguma entidade pública, facto que demonstra algum esforço em termos de tentativa e procura de coordenação e colaboração entre a sociedade civil e o governo.

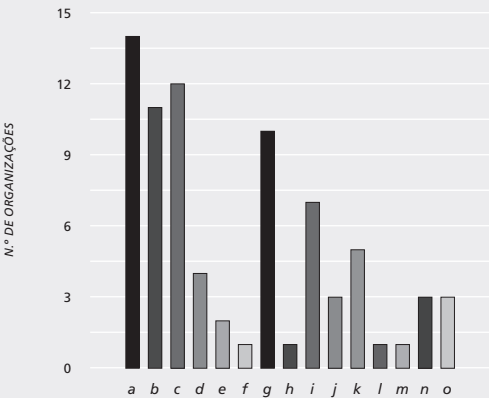
Ainda no âmbito das relações de colaboração nota-se uma forte tendência por parte das organizações em uti-

lizarem os meios de comunicação para divulgarem e informarem o público em geral sobre as suas actividades. Numa sociedade marcada pela oralidade, os meios de comunicação, em particular as rádios desempenham um papel crucial na sensibilização e consciencialização das pessoas.

Em relação às entidades governamentais que se relacionam com as organizações da sociedade civil (ver o gráfico em baixo), o gráfico mostra-nos que o Ministério da Agricultura (14 organizações), da Educação (12), da Saúde (11) e administração local (10) são os que mais desenvolvem relações de parceria com os actores da sociedade civil. Por outro lado, os da Energia, Cultura e Desporto, Integração Regional e das Comunicações são os que menos cooperam com as organizações da sociedade civil.

GRÁFICO 14 Entidades governamentais com que se relacionam as organizações da sociedade civil

- a Ministério da da Agricultura e Desenvolvimento Rural
- b Ministério da Saúde Pública
- c Ministério da Educação e Ensino Superior
- d Ministério das Finanças
- e Ministério do Comércio, Turismo e Artesanato
- f Direcções Regionais
- g Administrações Locais
- h Ministério dos Transportes e Comunicações
- i Ministério da Solidariedade Social, Família e Luta Contra a Pobreza
- j Ministério da Economia e Integração Regional
- k Ministério das Pescas
- l Ministério da Energia e Indústria
- m Ministério da Cultura, Juventude e Desportos
- n Ministério da Administração Interna
- o Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente



4. CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O reforço das organizações da sociedade civil da Guiné-Bissau é uma área de intervenção ambiciosa, mas fundamental no quadro do reforço da democracia e dos processos de desenvolvimento socio-económico da Guiné-Bissau. O estudo constatou que o espaço da “sociedade civil” guineense é constituído por uma diversidade de organizações informais e formais com interesses diferentes actuando em quase todas as esferas da vida social e económica do país. Esta diversidade por seu lado, não é acompanhada por uma coordenação e concertação sistemática por parte das diferentes redes e agrupamentos de OSC para minimizar os riscos de dispersão, isolamento e insuficiência de comunicação.

Observando este universo de organizações algumas perguntas se colocam:

- Até que ponto são as OSC uma força social com representação numa parte significativa da população?
- Como participam as ONG na luta contra a pobreza e no processo de democratização?
- Qual é o impacto do seu trabalho?
- Considera-se as ONG parte da sociedade civil, actuando num espaço social fora do Estado. Nessa qualidade, elas precisam de se relacionar com as instituições estatais. Como é este relacionamento com o Estado? Que colaboração e parceria existe? Como e até que ponto conseguem as ONG fazer ouvir a sua voz na definição das políticas estatais?

Ainda assim, o estudo constatou a existência de boas práticas que importa potenciar, bem como sistematizar os conhecimentos desenvolvidos através de pequenas publicações (*i.e.* brochuras, artigos nos jornais, ateliers). No domínio da comunicação e informação comunitária, através das rádios comunitárias, os progressos têm sido relevantes para a criação de consciência de cidadania e desenvolvimento local. Algumas formas de parceria entre as OSC e a administração local (em São Domingos, Cacheu, Bafatá, Djalicunda) são exemplos interessantes de criação de dinâmicas de desenvolvimento que estimulam a sustentabilidade e apropriação.

Entretanto, os desafios continuam ainda a ser enormes e de vários níveis. Por exemplo, uma grande parte das ONG inquiridas declara que a razão da sua existência provém da pobreza e a maioria delas dirige os seus programas às comunidades de base nas zonas rurais onde a pobreza é mais notória por outro lado. ONG com uma missão específica escolhem ainda o seu grupo alvo directo, por exemplo, a mulher, a criança vulnerável, etc. Neste sentido, seria de esperar que as zonas mais pobres tivessem a preferência das ONG. Na realidade encontram-se mais ONG concentradas nas cidades, enquanto que nas localidades mais pobres se regista apenas a presença de um número reduzido de organizações.

Em relação às actividades das ONG fica-se com a impressão que fazem “um pouco de tudo” por todos os lados. A diversidade das actividades do conjunto das ONG estende-se para dentro de cada organização; dificilmente se encontra uma ONG que se dedica

exclusivamente a uma ou outra actividade. Todas combinam várias actividades, por vezes dentro do mesmo ramo, noutros casos em diferentes sectores de actividade,, argumentando para tal que uma especialização avançada não corresponde à realidade da vida e às necessidades das comunidades de base nas zonas rurais.

No entanto, se em parte a diversidade das actividades é uma opção das ONG nacionais, ela é também o resultado da necessidade de obter fundos para a realização de qualquer projecto. E os fundos vêm das agências internacionais e das ONG internacionais. Estas têm as suas próprias agendas e prioridades, frequentemente induzidas por assuntos e questões que «vendem» nos seus países de origem, pois, os doadores dependem por sua vez, do seu público que deve ser convencido da necessidade de continuar a disponibilizar, directamente ou através dos impostos, somas importantes para a ajuda ao desenvolvimento. Nessa realidade, em que as ONG nacionais encontram pouco espaço para negociar os fundos para a implementação das acções previstas no seu programa, estas acabam por «esquecer» a sua missão e os objectivos que levaram à criação da organização.

Em relação às actividades de coordenação, o estudo constatou que desde há alguns anos para cá, se assiste à criação de um número crescente de agrupamentos de ONG: plataforma, movimento, fóruns e redes de organizações. Enquanto umas pretendem coordenar de forma geral as actividades das ONG, a maioria das redes actua à volta de um tema específico, por exemplo a Rede da criança, de jovens, de mulher, entre outros. Tal como acontece na criação de uma ONG singular, a associação de ONG também pode seguir a vontade

própria das organizações constituintes para coordenar as suas actividades, trocar experiências e actuar em conjunto para atingir objectivos comuns. No entanto, verifica-se uma forte pressão de terceiros para que as ONG se organizem entre si e para que os agrupamentos com um carácter mais informal se «institucionalizem». O Governo da Guiné-Bissau, por exemplo, expressou repetidas vezes o desejo de ver as ONG nacionais representadas por um órgão comum com o qual poderia dialogar e que serviria para transmitir posições e estratégias governamentais. As instituições e organizações internacionais de cooperação não ficam para trás ao promover activamente a criação e o fortalecimento de agrupamentos de ONG de forma a ter uma linha directa para este segmento da sociedade civil. Esta linha é necessária para obter informações e transmitir ideias, seguir e influenciar o curso do desenvolvimento do país.

Uma tendência parece ser a de utilizar as redes como canal para a distribuição de fundos entre as ONG à semelhança da PLACON-GB (*vide* o fundo da coordenação das Nações Unidas para as ONG no domínio dos Objectivos de Desenvolvimento de Milénio), CNJ, REANAJ e CONGAI (em relação as actividades dos jovens). Os doadores querem reduzir a carga administrativa da selecção das ONG beneficiárias, da monitoria dos projectos e do controle da utilização dos fundos atribuídos. Transferir estas tarefas para um fórum certamente poupa ao doador tempo e dinheiro, para além de reduzir o risco que o trabalho com as ONG nacionais sempre traz. Contudo, é questionável se as redes estão preparadas para esta carga. Por um lado, porque a maioria é recente, com pouca experiência na administração de programas e projectos; e por outro lado, porque responder

satisfatoriamente às exigências rigorosas dos doadores não é uma tarefa fácil. Mesmo tendo a necessária capacidade administrativa «em casa», assumir o papel de doador não parece um caminho viável para os fóruns e redes.

Apesar dos dados dos inquéritos demonstrarem uma certa performance das organizações ao nível da organização interna (realização de auditorias, elaboração de relatório de actividades e contas, apresentação de relatórios aos sócios, sistema de monitoria e avaliação, envolvimento das populações na definição de projectos, entre outros), a experiência empírica e dados de alguns outros estudos (*vide* Fafali Koudawo¹¹) mostram que é precisamente no domínio da “governança transparente e responsável” que reside o grande desafio do grosso das Organizações da Sociedade Civil. Nesta base, julgamos que é importante formular algumas pistas de acção no quadro do conjunto de problemas identificados no presente estudo.

RECOMENDAÇÕES

No quadro da coordenação concertação e políticas

- É importante que o governo formalize a criação de uma estrutura flexível e com mandato específico no domínio da concertação e coordenação com os actores da sociedade civil. Esta estrutura deve privilegiar mais o diálogo com as OSC (*i.e.* encontros regulares, troca de relatórios de actividades, contribuição na elaboração de políticas públicas, entre outros) e menos o controle ou imposição de forma a criar um ambiente mais favorável para a concertação e complementaridade de acções.
- Do lado da sociedade civil é fundamental que se clarifique o papel e a missão da Plataforma das ONG. Essa tarefa é de todas as organizações não-governamentais e não apenas da direcção da PLACON-GB.

As eleições de novos órgãos só por si não resolvem o problema do conteúdo do trabalho da Plataforma. Um seminário de reflexão sobre a revisão do papel, da posição na sociedade e da missão da PLACON-GB poderia encontrar estratégias de saída da crise e definir um quadro de referência desejável de colaboração com o Estado e com as organizações membros.

- Ao nível das redes temáticas, o desafio principal reside na forma de estimular as organizações membros a se interessar e participar mais efectivamente nas actividades da rede. Mas para que isso aconteça será necessário que as redes sejam capazes de oferecer serviços atractivos aos seus membros (*i.e.* informações sobre oportunidades de desenvolvimento de conhecimentos, capacitação em liderança e gestão administrativa e financeira, informações sobre oportunidades de financiamento, participação em fóruns de debates de ideias, etc).
- Estimular o desenvolvimento de redes de partilha de experiências e conhecimentos ao nível nacional, no espaço PALOP e CEDEAO de forma a reforçar a capacidade interna de prestação de serviços às comunidades e melhorar os conhecimentos teóricos a volta de temas de desenvolvimento.
- Estimular o desenvolvimento de uma visão de desenvolvimento que seja capaz de articular os interesses das comunidades locais com os interesses/perspectivas nacionais (*i.e.* programa do governo aprovado no parlamento, Objectivos de Desenvolvimento de Milénio, DENARP, etc).
- Desenvolver uma cultura de prestação de contas através de publicação de relatórios de actividades e contas assim como partilha de informações úteis com as comunidades, instituições do governo e parceiros internacionais sobre o progresso das actividades.

No quadro das actividades e interacção com os grupos-alvo

- A dispersão de actividades diminui a capacidade interna de acompanhamento, sobretudo quando essa dispersão é também geográfica. Os fracos recursos financeiros e humanos de que dispõem as OSC não permitem manter a qualidade na gestão e acompanhamento de actividades, para além de levar as organizações a se desviarem da missão e objectivos que levaram a sua criação. É importante que os actores da sociedade civil (incluindo as redes e agrupamentos de organizações) reflectam sobre estratégias de intervenção que evitem a dispersão geográfica e de actividades que não se articulam numa lógica de desenvolvimento.
 - Estimular uma dinâmica de desenvolvimento local que incentive a apropriação (*i.e.* participação na identificação, implementação e acompanhamento) por parte das comunidades. Um conhecimento profundo dos dados estatísticos (por parte das OSC) ligados ao contexto da comunidade onde intervêm é fundamental no processo das transformações sociais e da apropriação.
 - Desenvolver uma cultura organizacional que privilegie os princípios de democracia, delegação de tarefas, inclusão e equidade, assim como um espírito aberto à aprendizagem contínua.
- Estimular a realização de encontros regulares (conferências, seminários) entre as organizações da sociedade e as comunidades locais para se proceder a avaliações e *feedback* construtivo sobre a parceria.

5. ANEXOS

5.1 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO NO NA TISI NO FUTURU

Destinatários do Programa de Capacitação das OSC

O programa de capacitação das organizações da sociedade civil tem a duração de vinte e quatro (24) meses, com início no mês de Novembro de 2007 e término no mês de Outubro de 2009. O objectivo do programa é reforçar a capacidade institucional das OSC, em termos de eficiência, eficácia e sustentabilidade das suas acções de desenvolvimento. Os destinatários do programa são:

- Responsáveis de Direcção e Cargos Executivos
- Pessoal técnico
- Pessoal administrativo

As linhas orientadoras para a operacionalização do programa de capacitação

As organizações serão seleccionadas através de um concurso documental seguido de visitas aos locais e entrevistas semi-dirigidas às organizações pre-seleccionadas no concurso documental. Os critérios para a selecção dos participantes baseiam-se essencialmente no dinamismo, representatividade geográfica, capacidade organizacional e institucional (relatórios financeiros e de actividades, planos de acção, *staff* permanente, sede própria, relações de parceria comprovadas).

As organizações participantes devem por sua vez demonstrar e comprometer-se em:

- Disponibilizar os quadros da organização para as acções de formação;
- Garantir a frequência mínima de 70% da carga

horária de cada curso pelos formandos;

- Participar activamente nas acções de formação personalizada;
- Disseminar internamente as competências adquiridas pelos elementos participantes.

As principais actividades e conteúdos do programa de capacitação

As principais actividades previstas pelo programa são as que se seguem:

- Ciclos de formação transversal;
- Formação personalizada (sessões mensais com todo o pessoal da organização);
- Ciclos de conferências e seminários (técnicos);
- Estágios profissionais (ano 2009);
- Apoio em equipamentos e materiais.

5.2 CONTEÚDOS DO CICLO DE FORMAÇÃO TRANSVERSAL

MÓDULOS/CURSOS	HORAS
Segmento 1. Analisar a realidade: Reforço de capacidades de análise e descodificação da realidade	
Workshops/Ateliers	
1. O Desenvolvimento Enquanto Processo Dinâmico e Integrado	18
2. OSC, Estado e Quadro legal	18
3. Ambiente e Desenvolvimento	18
4. Justiça social, Democracia e Direitos Humanos	18
5. Educação, Saúde e Saneamento	18
6. Soberania Alimentar	18
Formações	
1. Educação Cívica	20
2. Género e Desenvolvimento	20
3. Actividades Geradoras de Rendimento, Comércio e Desenvolvimento (articulação com os mercados)	20
Segmento 2. Intervir nos contextos locais: reforço de capacidades técnicas e metodológicas	
1. Línguas: Português, Francês, Inglês	150
2. Informática: Windows, Word, Excel, Access, Powerpoint, Internet	72
3. Gestão do Ciclo do Projecto:	160
a. Técnicas de Diagnóstico	
b. Identificação e Elaboração de Projectos	
c. Execução Técnica e Financeira	
d. Monitoria e Avaliação	
e. Financiamentos	
4. Técnicas de Andragogia:	
a. Dinâmicas de grupo	20
b. Trabalho com a Comunidade: Técnicas de Animação e Comunicação para o Desenvolvimento	20
Segmento 3. Gerir melhor a actividade: Reforço de capacidades de gestão organizacional e operacional	
1. Missão e planificação estratégica	60
2. Contabilidade e gestão financeira	75
3. Gestão de recursos humanos, liderança e modelos de gestão	40
4. Práticas administrativas Logística	40
TOTAL FORMAÇÃO TRANSVERSAL	805
FORMAÇÃO PERSONALIZADA	330
TOTAL HORAS DE FORMAÇÃO	1 135

Outros apoios previstos:

- Manuais e materiais de formação
- Fundo bibliográfico
- Subsídios de deslocação
- Bolsas de estágios
- Reparações/melhorias nas instalações das OSC
- Equipamentos de comunicação, informática e produção de energia

5.3 SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O sistema de monitoria e avaliação é um instrumento de gestão. Trata-se de definição de conjunto de procedimentos através dos quais a organização ou equipe gere o fluxo de informações pertinentes sobre a evolução das actividades. Um sistema eficaz de Monitoria e Avaliação permite compilar informações necessárias a tomada de decisão.

É importante que a coordenação do projecto adopte um sistema simples de monitoria de resultados através de indicadores “*smart*” por cada tema de capacitação. Trata-se de seguir o nível de execução das actividades, através de questionários abertos, entrevistas, visitas ao terreno, encontro de feedback e produção de um relatório final sobre o grau de satisfação. Uma avaliação do progresso será realizada em Janeiro de 2009 que servirá para se proceder a uma retrospectiva sobre as actividades, estratégias, recursos humanos afectados na capacitação, nível de responsabilidade e propor novas orientações (se necessárias). Trata-se de fazer uma avaliação crítica e pedagógica sobre o processo e os resultados.

Nesta base, recomendam-se sessões de seguimento com

o grupo de participantes, a começar 3 meses depois das acções de formação e capacitação. Essa sessão identificaria a necessidade dum apoio em *coaching* para as que enfrentam mais dificuldades. A sessão de seguimento fornece ao facilitador informações específicas sobre aspectos da formação que deram certo e outros que não deram. Além disso, constitui uma oportunidade para identificar novas necessidades de formação.

Para os participantes o seguimento proporciona uma oportunidade de:

- Discutir a sua experiência na aplicação das aprendizagens vindas da formação;
- Partilhar formas nas quais tiveram respondido aos obstáculos, e aprender da experiência dos outros;
- Ser actualizado sobre novas informações do terreno, sobre a experiência de outras organizações;
- Aprender sobre o desenvolvimento de metodologias novas ou alternativas;
- Proporcionar apoio e encorajamento uns aos outros.

A duração e conteúdo do seguimento, são determinados em função das expectativas constantes no questionário pré-formação, e também da sessão de encerramento (na qual os participantes identificam maneiras nas quais podem trabalhar em conjunto e se apoiar uns aos outros para construírem na base da sua experiência e formação comuns).

Por exemplo, para os cursos de Gestão do Ciclo do Projecto, as organizações beneficiárias (através dos participantes ao curso) deveriam no fim de 3 meses elaborar uma proposta de projecto (seria um indicador) e submetê-la a equipa de coordenação do projecto para a análise da performance. A proposta poderia incluir elementos que demonstrem a abordagem participativa e inclusiva na elaboração da proposta, um quadro lógico coerente, as metodologias e estratégias adoptadas, um or-

çamento indicativo e, um quadro de monitoria e avaliação. Um outro indicador importante para monitorar os progressos poderia ser, por exemplo, a organização de trabalhos de grupos (pode ser no terreno, ou na sede de uma das organizações beneficiárias) com um grupo de 4 ou 5 organizações sobre as práticas administrativas, gestão financeira e contabilidade, técnicas de anima-

ção e facilitação de grupos. O feedback seria rotativo e permitira uma aprendizagem “*on the job*”.

5.4 LISTA DE CONTACTOS

Roberto Cacheu

Ex-Secretário de Estado da Cooperação Internacional

Mamadu Jao

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)

Fafali Koudawo

Director da Universidade Colinas de Boé

Nelson Gomes Dias

Coordenador da UICN na Guiné-Bissau

Camilo Camissa Baldé

Director Nacional da Radar Invest

Jorge Camilo Handem

Director da Escola de Artes e Ofícios da AD

João Sariat Handem Jr.

Ex-Secretário Executivo da Plataforma de ONG Guineenses

Dionísia Gomes

Presidente da Wipnet GB

(actualmente Ponto Focal Género no FNUAP)

Etienne Sambú

Presidente da WANEP

Nina Aimé

UNICEF

Sonia Polonio

UNICEF

Filomeno Barbosa

Secretário Executivo da ONG Aprodel. Bafatá

Desejado Lima da Costa

Secretário Geral da UNTG

Madiu Embaló

DIVUTECH

Auzenda Cardoso

Cáritas GB

Pedro Quadé

TINIGUENA

Didier Monteiro

TINIGUENA

Miguel Barros

TINIGUENA

Avelina Semedo Jaló

NADEL

Samba Tenem Camará

INEP

Waly N'Diaye

Instituto Gorée. Senegal

Linda de Souza

UNOGBIS

5.5 DECRETO-LEI DAS ONG

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

BOLETIM OFICIAL

Segunda-feira, 23 de Março de 1982 Número 12

Dos assuntos para publicação no "Boletim Oficial", devem ser enviados o original e o duplicado, devidamente autenticados pela entidade responsável, à Direcção-Geral da Função Pública — Repartição de Publicações, a fim de se autorizar a sua publicação.

Os pedidos de assinatura ou números avulsos do "Boletim Oficial" devem ser dirigidos à Direcção Comercial da INACEP — Imprensa Nacional —, Avenida do Brasil, apartado 287, Bissau — Guiné-Bissau.

SUMÁRIO

PARTE I

Conselho de Ministros:

Decreto nº 22/82.
Disciplina a criação e o exercício das actividades das organizações Não-Governamentais (ONG's) Nacionais da Guiné-Bissau.

Decreto nº 24/82.
Cria o Conselho Nacional do Ambiente cuja lei orgânica se publica em anexo e faz parte integrante da presente diploma.

Decreto nº 25/82.
Considera agentes de navegação as sociedades comerciais regularmente constituídas que obedecendo aos requisitos estabelecidos no presente diploma, tenham por objecto qualquer das actividades que indica.

Decreto nº 26/82.
Autoriza a Administração dos Correios da Guiné-Bissau a emitir e pôr em circulação Selos Postais sobre "TRAJES TÍPICOS", nas taxas e quantidades que indica.

PARTE II

Ministério da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho:
Direcção Geral da Função Pública:
Despachos.

Ministério dos Transportes e Comunicações:
Direcção Geral do Serviço Meteorológico Nacional:
Despachos.

PARTE NÃO OFICIAL

Ministério da Justiça — Cartório Notarial do Sector Autónomo da Bissau
— Certidão.

PARTE I

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto nº 22/82
de 23 de Março

A estratégia do desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau tem como objectivo, entre outros, a satisfação das necessidades das populações.

A satisfação dessas necessidades implica a criação de um espaço harmonioso e dinâmico capaz de permitir a mobilização e a participação efectiva de todas as forças vivas da sociedade.

No momento em que o Estado da Guiné-Bissau se assume a partilhar as funções de desenvolvimento com outros autores sociais, passando a funcionar como promotor do desenvolvimento, e não como o seu principal executor, não é somente oportuno, senão necessário e desejável, que as ONG's nacionais emergjam e se consolidem no quadro de uma complementaridade à acção governativa.

As ONG's são parceiros de desenvolvimento que têm como denominador comum o trabalho directo com as populações, tendo por base uma filosofia de intervenção que suscite e encoraje o esforço de autonomia e auto-desenvolvimento das comunidades locais, sobretudo as mais carenciadas.

Assim:

O Governo decreta, nos termos de Artigo 74º da Constituição, o seguinte:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º (Objecto)

O presente diploma tem por objecto disciplinar a criação e o exercício das actividades das Organizações Não-Governamentais (ONG's) Nacionais da Guiné-Bissau.

ARTIGO 2º (Definição, Natureza e Objectivo)

1. As Organizações Não-Governamentais, abreviadamente designadas (ONG's), são pessoas colectivas de direito privado, de livre criação, apátrida e com fim não-lucrativo.

2. As ONG's são organizações voluntárias que têm por objectivo contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades locais e a promoção da participação destas no desenvolvimento sócio-económico do país.

ARTIGO 3º (Proibição da Discriminação)

As acções levadas a cabo pelas ONG's são na base da solidariedade e sem discriminação do tipo étnico, político, racial, religioso ou de sexo.

ARTIGO 4º (Domínio da Actividade)

As ONG's realizam actividades em domínio de sua livre escolha e competência de acordo com a sua filosofia de acção e tendo em consideração as propriedades nacionais e aquelas visadas pelas comunidades locais.

ARTIGO 5º (Da Associação e da Cooperação)

1. As ONG's nacionais podem associar-se e cooperar com parceiros nacionais e estrangeiros para as realizações dos seus objectivos.

2. Na execução do seu programa de actividades as ONG's nacionais podem operar em cooperação com as colectividades locais, os programas de desenvolvimento e os Ministérios directamente interessados.

ARTIGO 6º (Apoio e Seguimento)

A Solidam é a instituição de apoio e seguimento da intervenção das ONG's nacionais e estrangeiras.

TÍTULO II CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO

ARTIGO 7º (Da Constituição)

1. Para se constituir:

- a) A ONG remete à Solidam, para efeitos de parecer, os Estatutos, que conterão a denominação, o objectivo, os

sectores de actividade e de intervenção, a sede, a forma, a modalidade de organização e funcionamento, a especificação dos serviços a prestar, a duração, bem como a relação dos membros da Direcção.

- b) Obtido o parecer favorável da Solidam, a ONG remeterá os Estatutos, a relação dos membros da direcção, o parecer favorável e a acta da Assembleia que votou a criação, ao Notário, para efeitos de realização da escritura pública.

- c) Preenchidas as exigências referidas nas alíneas a) e b), deste artigo, a ONG depositará na Solidam a certidão comprovativa da constituição da organização.

2. A ONG constitui-se com o número mínimo de cinco (5) associados.

ARTIGO 8º (Critérios e Prazo do Parecer)

1. Para a emissão do parecer referido na alínea a), nº 1, do Artº 7º, deverão ser adoptados critérios e mecanismos que permitam uma apreciação objectiva do dossier da constituição apresentada.

2. Este parecer deverá ser emitido no prazo de quinze (15) dias a contar da data da entrada na Solidam do dossier da constituição da ONG.

ARTIGO 9º (Do Envio de Documentos)

A Solidam deve remeter uma cópia da certidão de escritura publicada ao Ministério das Finanças e ao Ministério de Plano e Cooperação Internacional.

ARTIGO 10º (Dos Recursos Humanos)

As ONG's Nacionais podem contratar ou empregar, formar e gerir, segundo os seus critérios e exigências particulares, os recursos humanos de que necessitem para a realização do seu programa de actividades.

ARTIGO 11º (Dos Órgãos)

Os Estatutos da ONG designarão os respectivos órgãos entre os quais haverá uma Assembleia Geral um órgão colegial de Administração e um Conselho Fiscal, tendo cada um destes órgãos um presidente.

ARTIGO 12º (Da Representação)

A representação da ONG em juízo e fora dele cabe a quem os Estatutos determinarem ou, na falta de disposição estatutária, à Administração ou a quem por ela for designada.

ARTIGO 13º (Dos Associados da ONG)

Podem ser associados de uma ONG todas as pessoas singulares, maiores de 18 anos, nacionais, idóneas, residentes na Guiné-Bissau e que voluntariamente declararem, perante os órgãos sociais competentes, desejar assumir a qualidade de associado.

23 DE MARÇO DE 1992

99

TÍTULO III MEIOS FINANCEIROS

ARTIGO 14º (Financiamentos)

As ONG's Nacionais podem recorrer a todos os meios de financiamento, desde que eles não entrem em contradição com as leis em vigor no país e com a natureza da própria organização.

ARTIGO 15º (Fundos e sua Afectação)

1. Constituem fundos das ONG's nacionais:

- a) As quotasções dos associados;
- b) Os donativos;
- c) Os subsídios;
- d) As subvenções;
- e) Os legados;
- f) Exposição e venda dos produtos;
- g) Os rendimentos da prestação de serviços;
- h) Os valores e bens que possuam ou adquiram a título oneroso;
- i) Outros.

2. Os fundos referidos no número anterior devem ser destinados a realização dos objectivos fixados pela ONG e ao funcionamento da própria organização.

TÍTULO IV PRIVILÉGIOS E GARANTIAS

ARTIGO 16º (Das Isenções)

1. O Governo da Guiné-Bissau pode, através do Ministério das Finanças, conceder às ONG's registadas na Solidam:

Isenção dos direitos aduaneiros para as viaturas, equipamentos e materiais importados no quadro dos projectos do desenvolvimento, desde que os mesmos sejam destinados unicamente aos fins mencionados no projecto, ou às necessidades do seu funcionamento.

2. Os materiais, viaturas e equipamentos adquiridos nos termos do nº 1 deste artigo, não podem ser vendidos nem doados sem que a ONG proceda antes à liquidação das taxas conforme as normas estabelecidas pelas entidades competentes.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 17º (Do Envio do Relatório Anual)

As ONG's devem entregar anualmente à Solidam, até 31 de Março, uma cópia do relatório das actividades e do relatório financeiro, contendo a origem dos fundos, seus quantitativos, respectivas afectações, relação dos bens importados, bem como o seu plano de acções para o ano seguinte.

ARTIGO 18º (Associações Existentes)

As Associações já existentes que queiram obter o estatuto de ONG nacional deverão remeter à Solidam os respectivos estatutos, a certidão de escritura pública, bem como a relação dos membros da Direcção, no prazo de trinta (30) dias a contar da data da publicação do presente Decreto.

ARTIGO 19º (Da Dissolução)

As ONG's podem dissolver-se:

- a) Por decisão da Assembleia Geral;
- b) Por decisão judicial.

ARTIGO 20º (Destino dos Bens)

Extinta a ONG, se existirem bens, estes têm o destino que lhes for fixado pelos Estatutos ou por deliberação dos associados, sem prejuízo do disposto em leis especiais; na falta de fixação ou de deliberação dos associados, a entidade competente, o Ministério Público, determinará que sejam atribuídos a outras pessoas colectivas, assegurando tanto quanto possível, a realização dos fins da pessoa extinta.

ARTIGO 21º (Da Entrada em Vigor)

Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Fevereiro de 1992, em Bissau. — O Primeiro Ministro, Eng. Carlos Correia. — O Ministro de Plano e da Cooperação Internacional, Bernardino Cardoso.

Publique-se.

O Presidente do Conselho de Estado, General João Bernardo Vieira.

Decreto nº 24/92
de 23 de Março

PRÉÁMBULO

Quando em 1972 se realizou em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, deu-se o primeiro passo na tomada de consciência da Humanidade sobre a degradação da natureza. De reconhecer é que já se percorreu um longo caminho na divulgação dos factores degradadores das riquezas naturais do nosso planeta e sendo a ecologia uma preocupação que assume cada vez mais, uma dimensão política.

A razão desta tomada de consciência não é certamente resultado do acaso. Com efeito nunca o planeta Terra esteve tão ameaçado no seu equilíbrio como agora.

Cada ano que passa, milhões de hectares de florestas são destruídos, a ritmo incalculável, milhões de espécies animais e de plantas são ameaçados de extinção, e, como consequência disso, milhões de

6. BIBLIOGRAFIA

Ação para o Desenvolvimento, Jornadas Nacionais sobre os Agrupamentos de Base, Contubuel, Janeiro, 1993

ALMOND A., Gabriel and VERBA S., *The Civic Culture, Political Attitudes, and Democracy in five Nations*, Princeton University Press, 1963

AUGEL, Johannes e CARDOSO Carlos, *Transição Democrática na Guiné-Bissau*, 1996

AYITTEY, George B.N., *Indigenous African Institutions*, 1991

AYITTEY, George B.N., *Africa in Chaos*, 1999

CECILE-ROBERT, Anne, *L'Afrique au Secours de l'Occident*, 2003

CELESTIN, Monga, *The Anthropology of Anger: Civil Society and Democracy in Africa*, 1996

CELESTIN, Monga, *The Anthropology of Anger in Africa*, Boulder London, 1996

CHABAL, Patric & JEAN-PASCAL, *Africa Works – Disorder as Political Instrument*, 1999

CHABAL, Patrick, *Political Domination in Africa: Reflections on the Limits of Power*, Cambridge University Press, 1996

DENARP, *Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza*, 2005

ELLIS, Stephen, *Africa Now*, 1991

European Centre for Development Policy Management, 2004

FAFALI KOUAWO, *Société Civile en Guiné-Bissau*, 1994

INEP, *Soranda n.º 6*, 2003

KI-ZERBO, Josep, *Para quando África*, 1996

PLACON-GB/SNV, *Guia das ONG na Guiné-Bissau*, 2003

PNUD, *Relatório Nacional sobre a Desenvolvimento Humano da Guiné-Bissau*, 2006

PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano*, 2007/2008

SOLIDAMI, *Decreto-Lei das ONG*, 1992

SOLIDAMI, *Desenvolvimento Participativo e Democracia, II Conferencia das ONG na Guiné-Bissau*, 1994